



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 344/13 - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0013/15	DATA: 03/03/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 18h32min	PÁGINAS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELLO LAVENÈRE - Membro da Comissão para a Reforma Política da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

CARLOS ALVES MOURA - Diretor do Movimento Contra a Corrupção Eleitoral — MCCE.

SUMÁRIO

Debate sobre proposta de reforma política.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 344-A, de 2013, do Sr. Mendonça Filho e outros, e apensadas.

A audiência pública é sobre a proposta de reforma política, atendendo aos Requerimentos nºs 1, 2, 5 e 7, de 2015, respectivamente dos Deputados Moema Gramacho e outros, Renato Molling, Arthur Oliveira Maia, Padre João e Afonso Hamm.

Convido a tomar assento à mesa os Srs. Cláudio de Souza, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB; Marcello Lavenère, membro da Comissão para a Reforma Política, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; e Carlos Alves Moura, Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral — MCCE.

Solicito a compreensão de todos no tocante ao tempo de exposição e dos debates, conforme as seguintes orientações: o tempo concedido a cada palestrante será de 15 minutos, não podendo haver apartes. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. As perguntas serão feitas ao final das palestras e deverão restringir-se ao assunto das exposições, formuladas no prazo de 3 minutos, dispondo os palestrantes de igual tempo. Aos Deputados são facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Feito esse esclarecimento, daremos início à nossa audiência. Antes registro a presença da Sra. Nara Teixeira de Souza, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; do Sr. João Paulo Ribeiro, Secretário do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; e da representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Peço aos senhores convidados que venham à mesa. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Marcello Lavenère, por 15 minutos.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Sr. Presidente, eu queria pedir autorização a V.Exa. para projetar um pequeno vídeo de 5 a 6 minutos produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB sobre a reforma política.

(Exibição de vídeo.)



O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Sr. Presidente; eminente Deputado Marcelo Castro, Relator; excelentíssimas Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu venho a esta Casa representar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, entidade que tem estado presente em muitos dos graves e importantes momentos da vida nacional. Essa participação dos bispos na construção do reino aqui nas instâncias materiais é um dever de caridade, como tem dito o Santo Padre Francisco, estimulando a participação de leigos e religiosos na vida da sociedade, na vida da comunidade.

Seguindo esta orientação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, neste momento, nesta quaresma, está empenhada na Campanha da Fraternidade, que tem como tema *Fraternidade: Igreja e a sociedade*, para estimular o cristão, o católico, o religioso, o cidadão, enfim, a ter uma participação ativa nesta vida da comunidade. De modo que é representando esta entidade, a CNBB, que venho aqui falar sobre a reforma política democrática.

E por que a CNBB, que é uma conferência de religiosos, está preocupada com uma reforma política democrática? Porque, como sabemos, há no mundo inteiro uma crise muito grande da democracia chamada representativa. Os movimentos da Porta do Sol, na Espanha, de Wall Street, nos Estados Unidos, no norte da África e aqui no nosso País, nos últimos anos, têm demonstrado que o modelo da democracia representativa que nós, aqui no Ocidente e no Brasil, temos exercitado parece ter esgotado a sua capacidade de organização social e de articulação política da cidadania. Há uma indiscutível insatisfação nos políticos, nos partidos, na imprensa e no povo em geral, no sentido de que o modelo que nós estamos seguindo já não responde mais às expectativas e aos interesses da população. E é preciso, para salvar a credibilidade da democracia e das instituições da democracia representativa, nós termos a coragem de constituir um novo modelo que possa exatamente atender a essas expectativas.

Neste momento, tenho consciência de que o conjunto das eminentes Deputadas e dos eminentes Deputados que compõem esta Comissão Especial para discutir a PEC 344 e, por via de consequência, o modelo político-eleitoral que nós queremos no nosso País, pensa diversamente do que pensa a Conferência Nacional



dos Bispos do Brasil, a OAB, o MCCE e, finalmente, a coalizão pela Reforma Política Democrática.

Todavia, é exatamente para aqueles que já conhecem o nosso projeto e que eventualmente não concordam com ele que eu pediria o direito de trazer essa proposta para reflexão, para aprimoramento, para construção e, como disse o nosso eminente Relator desta Comissão, para todos nós sermos participantes de uma tarefa comum: dotar o Brasil de uma reforma política adaptada, adequada e compatível com o povo brasileiro.

Ditas essas palavras sobre a participação da CNBB e a crise da democracia representativa, devo dizer que especificamente o texto da PEC 344, a nosso ver, infelizmente não cumpre o papel de dar uma resposta à ansiedade, ao interesse e àquilo que a população brasileira espera.

Afirmar que a PEC 344 não cumpre o seu papel acarreta a responsabilidade de dizer por quê. Tomo os três principais eixos dessa PEC, que entendo que são: a questão do financiamento eleitoral por empresas, pela iniciativa privada; a questão da obrigatoriedade ou não do voto; e a questão do sistema eleitoral a ser aplicado nas eleições para Deputados Federais e Estaduais e Vereadores. Portanto, separando do conjunto da PEC esses três eixos, venho aqui declarar a V.Exas. que, infelizmente, não podemos aceitar nenhum desses três eixos.

Passo ao primeiro desses eixos. É atormentadora e parece que já pacificada hoje a questão do financiamento eleitoral, dos partidos e das campanhas eleitorais, por empresas. Não sei se, diante da situação em que vive o País e das várias situações difíceis pelas quais ele passou, alguém ainda é capaz de dizer: *“Não. É muito bom que as empreiteiras, é muito bom que as pessoas jurídicas e as empresas, inclusive aquelas que negociam e trabalham para os Estados e Municípios, continuem financiando os Deputados”*.

Eu tenho um sentimento muito acalorado, muito terno no sentido de que não é possível que um Deputado ou uma Deputada achem bom, quando chega o período de eleições, sair pedindo dinheiro a um e a outro para financiar a sua campanha ou, ainda que não peçam, sair recebendo dinheiro espontaneamente dado. Digo isso porque o Deputado ou a Deputada chegam aqui já endividados, já devendo favores exatamente a quem foi capaz de financiar a sua campanha.



Sras. e Srs. Deputados, eu estou confortado em dizer que a PEC, nessa parte, não corresponde àquilo que o povo brasileiro quer. Também é isso que não quer o Presidente desta Comissão: o Deputado Rodrigo Maia tem dito na imprensa televisiva e nos jornais que é contra o financiamento por empresas que negociam com o Estado. E o Relator, Deputado Marcelo Castro, na sua excelente cartilha sobre a reforma política, tem também mencionado que não é da sua convicção, não é do seu sentir que isso possa continuar. Diante de tantos escândalos e de tantas comprovações, é muito evidente e notório que esse financiamento privado não ajuda a democracia, que esse financiamento privado corrompe a democracia. Poder-se-ia até dizer, sem o risco de exagerar, que a permanência desse financiamento é um estímulo à corrupção, é um estímulo a que essa chaga tão grande na nossa democracia continue.

É por isso que nós da sociedade civil temos esperança e quase certeza de que V.Exas. não vão constitucionalizar uma coisa que o Supremo Tribunal Federal, bem ou mal, atuando dentro da sua estrita competência, tem definido como inconstitucional. No entanto, mais importante do que o Supremo, se é que posso falar assim, é o fato de que o povo brasileiro não quer esse financiamento. A OAB fez uma pesquisa que mostra que 78% da população brasileira diz “não” ao financiamento de eleições e partidos políticos por empresas.

O segundo eixo da PEC que também entendemos que não contribui para a evolução democrática do nosso País é o ponto em que ela diz que o voto se torna facultativo. Ou seja, aprovada essa PEC que diz que o voto é facultativo, V.Exas. estarão dizendo ao povo brasileiro que tanto faz votar ou não votar, que tanto faz exercer o direito de cidadania ou não exercer o direito de cidadania. Assim o voto fica sendo uma coisa desqualificada, uma coisa de menor valor, uma coisa que eu posso fazer ou não, uma coisa pela qual eu posso me interessar ou não, uma coisa que eu posso jogar no lixo. *“Você vai votar?” “Não, não vou votar não. Eu vou jogar o meu direito de cidadão no lixo e não vou exercer esse direito.”*

Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. que são membros do Parlamento sabem o quanto a civilização teve que caminhar para que se atribuísse ao processo eleitoral o lema *One man, one vote*. V.Exas. sabem o quanto foi difícil, quantas pessoas morreram e quantos segmentos populacionais foram vitimizados na luta pelo voto



universal, pelo voto não censitário, pelo voto de todos os sexos e, finalmente, pelo voto não discriminado por categoria econômica.

Então, a PEC 344 não caminha na linha da civilização quando quer que digamos ao nosso eleitor que tanto faz ele votar ou não, quando quer que digamos que esse direito fundamental de uma república, que se caracteriza pela eleição, pela escolha dos governantes pelos eleitores, não tem valor, é uma atividade de menor importância e que, portanto, vota quem quiser e quem não quiser não vota. Esperamos que essa parte da PEC não tenha acolhida no sentimento dos corações dos Deputados e Deputadas aqui presentes.

O terceiro eixo da PEC que escolhi para analisar também se refere a outra mudança igualmente passível de não ser acolhida por V.Exas. É a mudança inaceitável que conspira contra o princípio federativo nacional, é aquela que fere a cláusula pétrea da Constituição Federal que estabelece que o Brasil é uma federação de Estados. Aqui estão Deputados de São Paulo, da Bahia, do Amazonas, do Sul e do Norte, Deputados que com muita honra dizem: “*Sou Deputado do meu Estado. Sou Deputado da Bahia. Sou Deputado do Rio de Janeiro.*” Essa PEC reduz V.Exas. a Deputados circunscricionais, a Deputados distritais. “*O senhor é Deputado de São Paulo?*” “*Não. Sou Deputado da Região do Tietê. É o Distrito nº 9 de São Paulo.*” “*O senhor é Deputado da Bahia?*” “*Não. Não sou Deputado da Bahia não. Eu sou eleito pelo Distrito que tem sede em Irecê, no interior da Bahia.*”

Finalmente, a PEC que divide os Estados, que fragmenta a Federação, que descaracteriza o princípio pétreo da eleição pelos Estados não traz vantagem nenhuma. Mas qual seria a vantagem? A vantagem se daria porque teríamos um número menor de quilômetros quadrados a serem palmilhados pelos Deputados. Esse conforto cede diante da necessidade de que o Deputado represente o seu Estado. A ideia de divisão em distritos ou circunscricões — o nome não importa — é nefasta, a ideia é ruim porque fere e descaracteriza o princípio federativo, diminui o mandato que V.Exas. têm. Hoje V.Exas. dizem: “*Sou Deputado pelo Estado da Bahia. Sou Deputado pelo Estado do Maranhão. Sou Deputado pelo Estado do Rio Grande do Sul.*” Mas poderão vir a dizer: “*Não. Eu não sou Deputado gaúcho não. Sou Deputado do Distrito nº 5 do meu Estado, que foi dividido depois de uma luta*



terrível". E a gente sabe que vai haver uma luta fratricida quando chegar a hora e, se por acaso — esperamos que não aconteça —, for posta em funcionamento essa medida que transforma os Estados em coisa nenhuma, a Federação brasileira em coisa nenhuma.

Além disso, a PEC mantém um sistema eleitoral de votação em lista aberta, que é o voto uninominal transferível. O voto uninominal transferível está aqui condenado pelo nosso Relator, Deputado Marcelo Castro, como ele diz aqui na primeira página desse seu belíssimo trabalho. Deputado Marcelo Castro, os primeiros cinco pontos que V.Exa. relaciona aqui são exatamente os pontos em que estamos absolutamente de acordo.

Primeiro ponto: custo exorbitante das campanhas eleitorais para o Parlamento. Nós somos contra esse custo exorbitante. E no nosso projeto, há uma proposta para diminuir esses custos exorbitantes. Segundo ponto: excessiva influência do poder econômico no pleito eleitoral. Nós somos contra isso. Terceiro ponto: número excessivo de campanhas eleitorais para o Parlamento. A nossa proposta fortalece os partidos. Ela fortalece os partidos programáticos e não os partidos ditos de aluguel, partidos sem programa, partidos sem ideologia, partidos sem uma cara, sem uma fisionomia partidária. Quarto ponto, na primeira página: partidos frágeis, sem coesão interna, pouco ou nada ideológicos ou programáticos. Não queremos esses partidos. Queremos fortalecer os partidos programáticos ou ideólogos. Quinto ponto: vota-se em João e elege-se Pedro.

Então, conforta-me saber que a crítica que trago a V.Exas. é a mesma crítica que está aqui, com o nosso Relator dizendo a respeito desse sistema eleitoral de voto em lista aberta, em que se vota em João e se elege Pedro. E ele diz mais na página seguinte: "*Luta fratricida entre candidatos do mesmo partido*". Quem quer que tenha disputado uma eleição sabe que o inimigo para o Deputado ou Vereador se eleger não é o candidato de outro partido, mas o candidato do mesmo partido, que fica se empurrando numa fila para conseguir chegar ao último lugar da eleição e não ficar como primeiro suplente.

De modo que, Sr. Presidente, com relação a esses três eixos da PEC 344, essa é absolutamente a nossa visão. E a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil



discutiu isso amplamente com todos os bispos e manifestou o seu apoio ao projeto de uma reforma política e democrática.

Mas, se fazemos uma crítica dura à PEC 344, o que trazemos? “O senhor, que está fazendo essa crítica à PEC, propõe alguma coisa que possa substituir aquilo que o senhor entende que não seja possível e não convenha ao Brasil?” Sim. A sociedade civil brasileira se reuniu numa coalizão, sobre a qual vimos um vídeo aqui. Mais de cem entidades discutiram muito e fizeram um projeto de lei que foi entregue a esta Casa, o Projeto de Lei nº 6.136. É um projeto feito a milhares de mãos, por entidades como a CNBB, a OAB, a UNE, a UBES, as Centrais Sindicais, a CUT, a CTB, os movimentos da sociedade civil, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O MCCE — está aqui o Dr. Moura — é responsável por duas leis que V.Exas. votaram: a Lei nº 9.840, que reprime o abuso do poder econômico, e a Lei da Ficha Limpa, que foi aprovada há 3 ou 4 anos, praticamente por unanimidade.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Rodrigo Maia, ilustre Deputado Relator desta Comissão, nós queríamos ter a alegria de ver o projeto de lei da coalizão discutido por V.Exas., aperfeiçoado por V.Exas. Não trazemos nada dogmático. A coalizão não quer impor nada. Ela quer trazer uma sugestão, quer trazer uma colaboração ao Parlamento brasileiro. Essa coalizão não tem cor, não tem ideologia, não tem religião, não tem partido político nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Religião ela tem. (*Risos.*)

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Não, a coalização não tem religião. A coalizão está aberta a todas as religiões. Deputado Marcelo Castro, nós temos, por exemplo, a satisfação de ter, como uma das entidades que assinaram a nossa coalizão, o CONIC — Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, que é uma organização religiosa não católica — é evangélica — e que integra a nossa Comissão.

Agora, neste momento, eu falo pela CNBB sim. Mas a CNBB não é a coalizão. A coalizão é muito maior, é muito mais ampla do que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Então, Presidente Rodrigo Maia, nós vimos aqui humildemente pedir a V.Exas. por esse projeto de lei que tem a verdadeira natureza de um projeto de



iniciativa popular. Ainda não chegaram aqui as 1,5 milhão de assinaturas para legitimar a sua natureza de projeto de iniciativa popular nos termos da Constituição, como foi o da Ficha Limpa e como foi o da Lei nº 9.840. Mas nós estamos declarando a V.Exas. que estamos fazendo o maior empenho para isso. Estamos chegando perto de 500 mil assinaturas. A nossa programação é, até o final deste mês ou o começo do mês que vem, trazer para V.Exas. as 1 milhão de assinaturas que faltam se juntar a essas 500 mil que já temos, para que possamos entregar ao Parlamento um projeto de iniciativa popular, cujo embrião já está aqui nesse Projeto nº 6.136.

É por isso, Sr. Deputado Marcelo Castro, Relator, que nós estamos aqui para terminar essa defesa do nosso projeto, que tem quatro pilares. Os meus colegas do MCCE e da OAB vão falar dos quatro pilares que formam esse projeto: a proibição de financiamento por empresas a partidos políticos e eleições; o estabelecimento de eleição proporcional em dois turnos, fortalecendo os programas dos partidos; a paridade de gênero; e o melhor regramento do art. 14 da Constituição.

Nós sabemos, Deputado Rodrigo Maia, das dificuldades que V.Exas. têm nesta Comissão Especial que vai discutir uma PEC — portanto, uma matéria constitucional —, para, eventualmente, também apreciarem aquilo que a sociedade civil submete a V.Exas.

É por isso que nós estamos, neste momento, fazendo um especial apelo a V.Exas., Deputadas e Deputados desta Comissão: não joguem o Projeto nº 6.136 num escaninho, para ser em tempo oportuno discutido. A ocasião de discuti-lo é agora. É uma contribuição que trazemos a V.Exas. Se ele não for aprovado, tudo bem, acaba. Se a nossa proposta para esse projeto — esses quatro pilares que estamos trazendo e que parecem ser de acordo com aquilo que a maioria do povo brasileiro quer — não calar fundo no espírito, V.Exas. a rejeitarão. Mas não impeçam que esse projeto não entre para discussão nesta Comissão formada de maneira tão importante — o Brasil todo está olhando para V.Exas. E, por uma dificuldade regimental, não permitam que seja apenas discutida a PEC 344.

Esse é o apelo que a sociedade civil, a coalizão e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fazem: que diligenciem, com o entendimento e o conhecimento que V.Exas. têm do Regimento da Casa, para que seja criada uma Comissão com a



mesma composição desta, com o mesmo Relator, com o mesmo Presidente. Ambas as Comissões, reunindo-se conjuntamente, poderão apreciar tanto a PEC 344 como o Projeto nº 6.136 e outros que por caso existam, para que, ao final, V.Exas. possam decidir.

Nós esperamos que V.Exas. decidam homenageando o povo brasileiro, que outorgou o mandato a V.Exas. O art. 1º da Constituição diz que “*Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido*”. Isso se dá de três maneiras: através de V.Exas.; através da pela representação popular; e através do povo diretamente.

Nós esperamos que V.Exas. tenham a sensibilidade, o coração e a mente abertos para ouvir aquilo que, neste momento, estou representando, que é a voz da sociedade civil brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Agradeço ao Sr. Marcello.

Apenas registro que falou por 25 minutos. Não pode reclamar da minha generosidade.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Não. Não reclamo, não. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Quero registrar a presença da Sra. Solimar Mendes, representante da União Nacional dos Auditores do SUS.

Passo a palavra ao Sr. Cláudio de Souza, por 15 minutos.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Boa tarde a todos. É uma honra para a OAB ser convidada pela Câmara dos Deputados para vir aqui debater o tema da reforma política. Esta é a Casa da democracia, esta é a Casa da cidadania. A OAB tem um histórico de décadas de luta pela independência do Parlamento, pela liberdade do Parlamento, pela integridade das deliberações parlamentares. E é com grande satisfação que hoje testemunhamos essa festa democrática que é o cotidiano da vida parlamentar no Brasil.

Quero também manifestar minha satisfação pessoal de participar de uma Mesa presidida pelo meu conterrâneo do Rio de Janeiro Deputado Rodrigo Maia.

Quero dizer aos Deputados presentes que este projeto da coalizão pela Reforma Política Democrática tem uma origem muito virtuosa, Deputado Rodrigo Maia. Esse projeto foi elaborado a partir de um amplo diálogo com dezenas e dezenas de sociedades representativas da sociedade civil. Em especial, foi um



projeto que contou com a participação, na sua fase de elaboração, da OAB, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do MCCE, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que também é o movimento que concebeu, por exemplo, a Lei da Ficha Limpa. Aqui está representado o MCCE pelo meu amigo Moura.

Pois bem, essa é a origem virtuosa. Na origem desse projeto estão as mesmas forças que lutaram pela reabertura democrática, que lutaram pelas eleições diretas do Brasil, que lutaram pelo fim da ditadura militar brasileira.

Quanto ao conteúdo do projeto, eu quero enfatizar dois aspectos — em primeiro lugar, o tema do financiamento democrático das campanhas eleitorais. Esse foi um projeto que teve como inspiração buscar verificar qual é o ponto médio do debate sobre a reforma política do Brasil. Quando elaboramos o projeto, de um lado havia um grupo que defendia o financiamento público exclusivo; do outro lado, havia outro grupo, que defendia o financiamento privado exclusivo. Esse nosso projeto é um projeto que busca moderação, que busca o caminho do meio, que busca dialogar com as camadas médias da sociedade brasileira. Portanto, é um projeto que mantém o que há hoje no que toca ao financiamento público, que permite o financiamento pelas pessoas físicas e que exclui apenas a possibilidade de financiamento por empresas. É, portanto, um projeto não de financiamento público, nem de financiamento privado, mas de financiamento democrático, porque numa democracia o cidadão é o protagonista, o eleitor é o protagonista. Portanto, o eleitor financiará o processo eleitoral, seja por meio dos seus tributos, como já ocorre hoje, seja por meio das contribuições individuais que possa fazer para o candidato da sua preferência.

Essas entidades, Sr. Presidente e nobres Deputados, têm um diagnóstico muito pessimista quanto à forma de se financiarem as eleições no Brasil. Essas entidades veem esses escândalos sucessivos de corrupção e verificam que muitas vezes, subjacente a esses escândalos, o que há são esquemas de financiamento eleitoral. O Deputado sério fica constrangido de ir ao empresário solicitar o financiamento. O empresário, que também quer se dedicar aos seus negócios privados, também não quer participar do processo de financiamento eleitoral, e muitas vezes quem acaba assumindo a iniciativa é justamente aquele setor do empresariado que tem interesses diretos na administração pública, sejam interesses



no que toca a licitações, sejam interesses que se referem à atividade regulatória do Estado.

Portanto, para nós, na origem dessas disfunções que caracterizam a vida política brasileira, que caracterizam a administração pública do Brasil, essa interferência do poder econômico nas eleições, que corrompe o funcionamento da administração pública brasileira, na origem de tudo isso está o financiamento empresarial.

O segundo ponto que o projeto apresenta à apreciação de V.Exas. é o do voto transparente. Os dois grandes pilares do projeto são o financiamento democrático das campanhas eleitorais e o voto transparente. O nosso diagnóstico é que o sistema eleitoral hoje em vigor é um sistema marcado pela opacidade, é um sistema marcado pela ausência de transparência; o cidadão vota no candidato e, pelo mecanismo da transferência de votos, esse voto pode acabar servindo para eleger um candidato de outra orientação ideológica.

É possível — essa não é uma hipótese acadêmica; na verdade, isso se verifica em todas as eleições no Brasil — que um eleitor vote, por exemplo, em um candidato evangélico, e que seu voto sirva para eleger uma candidata feminista, que, no Parlamento, vai defender ideias antagônicas, e, vice-versa, que ele vote num candidato ateu, e o voto acabe servindo para eleger um candidato evangélico. Esta não é uma hipótese teórica, é uma hipótese que se verifica em todas as eleições brasileiras. Portanto, o sistema eleitoral hoje em vigor é um sistema opaco; o voto é dado, e depois ele segue um caminho que não pode ser acompanhado e que não podia ser previamente concebido, previsto, programado pelo eleitor.

Também no que toca ao sistema eleitoral, a nossa proposta é muito simples: propomos a criação do voto transparente. E nisso formula-se também uma proposta moderada, uma proposta que caminha pelo meio. Quais eram os flancos do debate quando a proposta foi formulada? De um lado, havia quem defendesse a lista preordenada, a chamada lista fechada, e, de outro lado, havia quem propusesse o voto no candidato, ou seja, o “distritão” ou o voto distrital.

A nossa proposta busca incorporar as preocupações fundamentais de ambos os lados do debate. No primeiro turno, haverá o voto no partido. Portanto, a campanha no primeiro turno será uma campanha programática, centrada nas ideias.



Se o partido foi mal, se o partido se identifica com um governo que governou mal e que a população está rejeitando, essa rejeição se manifestará na forma de votos e na rejeição da população àquele partido. Então, no primeiro turno, a eleição se dá de forma programática. Verifica-se, portanto, a quantas cadeiras cada partido terá direito.

No segundo turno, o partido apresentará o dobro de candidaturas individuais relativamente às cadeiras que obteve no primeiro turno. Então, se o partido obteve, por exemplo, duas cadeiras no primeiro turno, ele pode apresentar quatro candidatos a Deputado no segundo turno.

Isso tende a reduzir em 75% o número de candidaturas a Deputados. Serão, portanto, 75% a menos de caixa de campanha. A campanha se torna muito mais barata e também passível de ser fiscalizada pela Justiça Eleitoral, pelo Ministério Público Eleitoral, enfim, torna-se uma campanha mais módica e mais correspondente às possibilidades atuais do Brasil e do povo brasileiro.

As campanhas eleitorais no Brasil são muito caras, e isso onera excessivamente a sociedade. É necessário barateá-las, e baratear as campanhas eleitorais significa, em alguma medida, reduzir o número de candidaturas.

Repito, Sr. Presidente, é uma proposta que se compreende e que se apresenta à apreciação de V.Exas. como uma proposta moderada, uma proposta que busca incorporar as preocupações fundamentais dos dois flancos do debate. Quem está preocupado com eleições mais programáticas estará contemplado com o primeiro turno. Quem está preocupado, com razão, com a circunstância de que deve caber ao povo dar a última palavra a respeito de quais Deputados efetivamente exercerão o mandato estará contemplado pelo voto na pessoa, o que ocorre no segundo turno.

Portanto, também no que toca ao sistema eleitoral, a sociedade civil vem apresentar a V.Exas. uma proposta que não é do Governo, mas que também não é da Oposição; é uma proposta formulada pelas entidades que lutaram pela reabertura democrática, que lutaram pelas eleições diretas, uma proposta que nós formulamos com os olhos voltados para os principais pontos do debate entre V.Exas., esse debate que era polarizado, de um lado, pela lista aberta, e, de outro lado, pelo voto na pessoa. E, no que toca ao financiamento, de um lado, pelo financiamento público



exclusivo, e, de outro lado, pelo financiamento privado exclusivo. A proposta que nós concebemos é a proposta da mediação, é a proposta do caminho do meio, é a proposta que, cremos nós, poderá fornecer as bases para um consenso que possa se formar entre V.Exas.

Quero, Deputado, muito brevemente, dizer a V.Exa. que outra preocupação nossa foi não importar ideias do estrangeiro, não repetir esse mal da vida institucional brasileira, que é o de produzir ideias fora do lugar.

Quem verifica, por exemplo, a realidade dos sistemas distritais mundo afora sabe que os conflitos que se instauram para definir onde, afinal de contas, passam os limites dos distritos, são conflitos centenários. Nos países em que o sistema distrital prevalece, existem brigas e disputas gravíssimas para definir onde deve ficar afinal o limite do distrital.

Também não sabemos como ocorreria uma mera importação, por exemplo, da lista fechada exclusiva. Por isso a nossa proposta busca partir do sistema hoje em vigor. É uma proposta muito parecida com o sistema hoje em vigor, com o sistema proporcional que hoje vigora no Brasil e que é exigido pela Constituição Federal de 1988. É uma proposta que busca apenas decompor as duas funções hoje exercidas pelo voto no Brasil. Hoje, o eleitor, com o seu voto, define a proporção da participação dos partidos na Casa Parlamentar e define também quais Deputados ocuparão as cadeiras. A nossa proposta busca apenas tornar isso claro, deixar transparentes essas duas funções exercidas pelo voto do eleitor. Daí o nome da proposta, que é de ser o voto transparente.

Por isso, Deputados, a nossa vinda aqui realmente se percebe como uma participação para fomentar, para fornecer uma alternativa a V.Exas. Nós, obviamente, temos críticas à PEC que também está em debate no Parlamento.

Nós entendemos que, no que toca ao financiamento empresarial, a PEC é também inconstitucional. Se nós observarmos os votos dos Ministros do Supremo na ação contra o financiamento empresarial, nós vamos verificar que o fundamento dos votos sempre repousou no princípio democrático, no princípio republicano, que são cláusulas pétreas, e, da mesma forma que uma lei não pode violar uma cláusula pétrea, uma emenda constitucional também não pode violar uma cláusula pétrea.



Portanto, com toda a humildade e admiração por todos os Deputados, inclusive por aqueles envolvidos na elaboração da PEC, a nossa compreensão é de que, se tal PEC fosse aprovada, ela provavelmente também seria rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal, justamente pela circunstância de violar princípios constitucionais fundamentais, que são cláusulas pétreas no Brasil.

Então, concludo apenas, em nome da OAB e da coalizão, agradecendo novamente a oportunidade de nos convidar e nos ouvir para falar sobre o tema da reforma política.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Agradeço e passo a palavra ao Sr. Carlos Moura, por 15 minutos.

O SR. CARLOS ALVES MOURA - Sr. Presidente, solicito autorização para exibição a de um pequeno vídeo.

(Exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS ALVES MOURA - Sr. Presidente desta Comissão Especial, Sr. Relator, Srs. Deputados que compõem a Mesa, Dr. Marcello Lavenère, representante da CNBB; Dr. Cláudio de Souza Neto, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; este é um momento importante para a democracia brasileira, porque a sociedade civil e o Parlamento se encontram na busca de caminhos que possam melhorar o processo político, melhorar a tramitação de projetos nas Casas Legislativas.

É com muita alegria que volto a este Parlamento para discutir um projeto de reforma política. É com alegria porque esta é a terceira vez que a sociedade civil vem ao Parlamento com uma proposta. A primeira, há mais de 10 anos, resultou na Lei nº 9.840. E há 2 ou 3 anos, na Lei da Ficha Limpa.

O que é importante é que as nossas propostas foram frutos de um diálogo da sociedade civil com as Sras. e os Srs. Deputados, as Sras. e os Srs. Senadores.

Recordo que o hoje Ministro da Justiça esteve conosco várias vezes, esteve várias vezes com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com a CNBB, com a OAB, com a plataforma política de desenvolvimentos sociais pela reforma, juntamente com o então Deputado Índio da Costa; também estava conosco, como sempre esteve, a Deputada Erundina. Vejam que sociedade civil e Parlamento se



aproximam, dialogam, buscando caminhos de aprimoramento dos nossos processos políticos e eleitorais.

Mas eu me permitiria, Sr. Presidente, talvez saindo um pouco da temática a que nos é proposta, que é a discussão da PEC 344, em nome do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e também em nome da sociedade civil, e em nome de um segmento social marginalizado, que desta tribuna e nesta Comissão Especial solicitar às Sras. e aos Srs. Parlamentares que olhem com preocupação, que olhem com o máximo interesse projetos e proposições que transitam nesta Casa e que possam decidir, e que decidam em favor dos menos favorecidos, em favor dos mais pobres.

Lembro a regulamentação da PEC do Trabalhador Doméstico, lembro a questão dos autos de resistência. E se há, e é claro que há, muita gente aqui que é do Rio de Janeiro que ainda tem na memória a recente questão de Palmeirinha; a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial; a PEC 215, de 2000, que trata da questão indígena e atinge também os quilombolas; a MP 664, de 2014, e a MP 665, de 2014. Srs. Parlamentares, olhem com cuidado e examinem essas matérias. Lembrem-se da população pobre dos trabalhadores.

É importante que se proponha aos Srs. Parlamentares esse diálogo, embora, Sr. Presidente, se possa estar fugindo à temática proposta.

O nosso projeto, o projeto de iniciativa popular protocolado ano passado nesta Câmara dos Deputados sob o nº 6.136, de 2014, já foi suficientemente esclarecido por aqueles que me antecederam, mas eu me permito levantar um ou dois pontos. Um deles é aquele que eu digo que criou nesse projeto o que eu diria um eufemismo com a questão de sub-representação, porque, no sentido de garantir direitos aos excluídos, a nossa proposta diz que a dotação do fundo democrático de campanha destinado aos partidos ou coligações será majorada em 3% sempre que o partido ou coligação apresentar candidato, ou candidata, incluído em segmentos sociais sub-representados.

Vale dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas: seria uma tentativa para que neste plenário o Brasil estivesse representado na sua multiplicidade étnica e racial, com negros e índios. Seria importante que os partidos políticos prestassem atenção nesta proposta e que V.Exas., atendendo à solicitação aqui já



feita, aliados a nós da Ordem dos Advogados do Brasil, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, conseguissem da Presidência da Casa, se houver, e é possível que haja, competência da Presidência desta Comissão, que esta Comissão possa, independentemente da PEC para a qual foi instituída, examinar a proposta trazida pelos movimentos sociais. Isso será, de fato, a realização de um encontro entre a sociedade civil e o Parlamento na discussão de questões importantíssimas à democracia brasileira.

Falamos na questão do custo das eleições. É evidente que o fundamento da nossa proposta é essencial para que seja corrigida uma distorção, qual seja, a participação efetiva, concreta do poder econômico nas eleições. Há dados que indicam que as empresas bancam a maior parte da fatura da eleição. Dos 721 milhões de reais arrecadados por candidato, nada menos que 553 milhões de reais foram doados por pessoas jurídicas, o equivalente a 77% do total. Outros 148 milhões de reais vieram de pessoas físicas — as mais generosas delas são os próprios candidatos —, e os 20 milhões de reais restantes foram financiados pelo fundo partidário ou pelo Tesouro.

Há, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, grande concentração nas doações de pessoas jurídicas. Os 67 maiores entre os 4.422 doadores doaram 50% de tudo o que candidatos eleitos receberam de empresas. Ou seja, 1,5% dos doadores deu metade do dinheiro. A concentração aumenta o potencial de influência política dos grandes contribuintes.

E como iremos nós dizer que estamos respeitando o § 1º do art. 1º da Constituição Federal, que diz que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido por delegação? Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é possível afirmar que todo o poder emana do povo?

A proposta a qual eu pediria licença à Mesa para chamar de distrito eleitoral, ou de voto distrital, não contempla as nossas aspirações. Nós não podemos concordar com ela. Todos nós conhecemos — infelizmente, isso é verdade — os chamados currais eleitorais. Quanto mais se diminuir o espaço da relação de campanha dos candidatos, quanto mais proximidade houver, mais facilidade haverá para se fazerem contatos espúrios e para se ferir a Lei nº 9.840. Portanto, a nossa



posição quanto a essa questão aqui já foi explicitada pelos oradores que me antecederam.

Sr. Presidente, repito que esse é um momento importantíssimo, no qual eu confio, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e sei que também o Dr. Lavenère, porque, em 2007, no Plenário Ulysses Guimarães, eu e o Dr. Marcello, convocados por uma Comissão Especial, debatíamos a reforma política. E o Dr. Marcello dizia: *“Srs. Deputados, eu espero que não tenha mais que voltar aqui para discutir esse tema, porque esta é a sexta ou a décima vez que venho à Câmara para discutir a reforma política”*. Portanto, eu penso que nós não podemos perder esta oportunidade, nem nós sociedade civil, nem as Sras. e Srs. Parlamentares. Este é o momento do diálogo, da discussão e da votação.

E estamos abertos para a discussão da nossa proposta. Ela não é fechada. É evidente que há pontos dos quais nós não poderemos abrir mão. Mas, assim como no Projeto de Lei da Ficha Limpa estivemos aqui com o hoje Ministro da Justiça, com o então Deputado Índio da Costa, nós voltaremos tantas e quantas vezes for possível, para fazer esse diálogo. Mas que realmente possamos decidir!

Àqueles e àquelas que pretendem nos apoiar e caminhar conosco, aqui fora há uma mesa com uma folha de adesão à nossa proposta. Nós já estamos com aproximadamente 500 mil assinaturas. E tenho a certeza de que chegaremos a mais de 1 milhão. Mas também tenho certeza de que, ao adentrarmos nesta Casa com mais de 1,5 milhão de assinaturas, o processo já estará caminhando e de que não passaremos pelo dissabor que está acontecendo com a Proposta de Emenda à Constituição da Saúde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Agradeço aos três expositores, registrando mais uma vez que todos utilizaram mais do que os 15 minutos preestabelecidos, o que mostra a vontade desta Comissão, de cada um dos Deputados, de ouvir a proposta defendida por cada um de nossos convidados.

A Deputada Moema Gramacho, autora do requerimento, é a primeira oradora inscrita.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Sr. Presidente, senhores convidados, Deputados e Deputadas, senhores da imprensa, eu gostaria,



inicialmente, de parabenizar a Comissão por ter aprovado este e tantos outros requerimentos de tamanha importância e que tem por objetivo trazer a esta Casa para debater o assunto os movimentos sociais, as entidades representativas da população.

Não podemos conceber a decisão de se constituir uma Comissão para tratar da reforma política — e desta vez já se colocando como definitiva — sem que os movimentos sociais, sem que as entidades que têm trabalhado essa questão com afinco possam se fazer presentes. Daí por que apresentamos requerimento para realização desta audiência.

Está faltando naquele primeiro requerimento que apresentamos a presença das centrais sindicais, mas suponho que deverão ser convidadas em outro momento. Suponho que o Relator tenha pensado em fazer várias audiências, sistematizando por temas e também pelos movimentos sociais. Daí porque constam do primeiro requerimento as centrais sindicais, que não foram ainda convidadas para estar presentes.

Fizemos também outro requerimento convidando as diversas mulheres que compõem as instâncias que vêm discutindo a participação das mulheres em todos os contextos principalmente na política. Gostaríamos que essa audiência das mulheres pudesse ser marcada com certa antecedência, para que nós pudéssemos mobilizá-las para estarem aqui presentes.

Aproveito para fazer uma solicitação ao nobre Relator e ao Presidente, no sentido de que combinem com os autores dos requerimentos a data da vinda das entidades, porque nesta audiência mesmo eu senti que houve certo prejuízo, em razão de ter sido marcada para quinta e sexta-feira. Praticamente não havia ninguém aqui, e na segunda-feira os Deputados ainda não tinham chegado. Daí porque eu acho que temos uma fraca presença dos Parlamentares, que já haviam assumido compromisso anteriormente, em razão de não termos divulgado com maior antecedência esta audiência pública. E creio que é uma das audiências públicas em que deveria haver uma maior participação, em se tratando de entidades como Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral — MCCE, que tem feito um trabalho de envolvimento da população nesta discussão.



Quero entrar no assunto propriamente dito e dizer que comungo com muitas das propostas, e nós, enquanto Partido dos Trabalhadores, também comungamos com muitas das questões aqui elencadas. A primeira delas é o não financiamento empresarial. Concordamos que tem sido um grande problema, não que seja a única causa da corrupção, mas tem sido efetivamente um instrumento de troca de favores, e nós achamos que é pertinente fazermos imediatamente essa mudança com a reforma política, justamente não deixando que continue a passar o financiamento privado de campanha, o financiamento empresarial. Mas também achamos que essa proposta de emenda à Constituição, na realidade, visa constitucionalizar o financiamento privado. Por isso é que nós precisamos nos posicionar de forma veementemente contrária a isso. Acho até que nós devíamos lutar para que o Ministro Gilmar Mendes pudesse devolver o processo, a fim de que fosse dada sequência à votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADIN, na medida em que o Supremo Tribunal Federal já deve estar com o seu posicionamento firmado pela quantidade de votos já colocados. Portanto, estaríamos aqui trabalhando uma PEC que constitucionaliza, quando o próprio STF já coloca a inconstitucionalidade. Seria uma incoerência. Então, acho que nós devemos fazer esse movimento. E os movimentos sociais também devem pedir ao Ministro Gilmar Mendes que devolva e que haja celeridade no processo de votação da ADI.

Gostaria de dizer que combinamos também no que diz respeito à participação das mulheres, e estamos fazendo emendas. Gostaríamos que também fossem apresentadas emendas por diversos outros partidos políticos e Parlamentares e que tivéssemos as 171 assinaturas garantindo a paridade de gênero. Concordamos também com as propostas aqui colocadas e, é claro, já tivemos uma conversa com as Senadoras — a bancada de Deputadas Estaduais com a bancada de Senadoras —, que propuseram que fizéssemos um trabalho gradativo.

Eu continuo defendendo a paridade, mas tendo até a concordar com que façamos um escalonamento, não garantindo menos de um terço, já no início, e com que cheguemos, em menos de 20 anos, a 50%. E já estaríamos por demais atrasados, porque somos mais da metade da população e somos menos de 10% nesta Casa Legislativa e nos demais Parlamentos. Portanto, acho que paridade de



gênero é uma bandeira que precisa ser empunhada, e espero que essa emenda seja apoiada por todos.

Concordo também com algumas das questões aqui elencadas em relação à forma e ao sistema, mas eu queria tirar uma dúvida inclusive com o representante da OAB, que coloca que no primeiro turno se votaria na lista em que se está votando no conceito, na ideia, na proposta. No segundo turno, haveria o dobro do número de cadeiras das candidaturas. O senhor chegou a citar um exemplo de quatro candidaturas e colocou algo com a qual concordo: precisamos não ter essa quantidade imensa de candidatos, e isso implicaria em mais custos e em uma série de outras questões.

Por outro lado, tenho dúvida, e estou dizendo isso para que possamos fazer um debate melhor: será que o dobro simplesmente não cercearia a possibilidade de novas lideranças surgirem? Por quê? Quando a gente limita um número, que seria o dobro, a gente também faz com que se perpetuem aqueles que disputam frequentemente eleições, vencendo-as ou não, mas que às vezes são os mesmos. E a gente inibiria a possibilidade de termos uma renovação das lideranças. E a candidatura facilita essa renovação de lideranças, pois as pessoas passam a ter mais conhecidos os seus projetos, as suas identidades e aquilo que defendem.

Então, talvez pudéssemos pensar em algo. Não seriam necessariamente dois turnos, mas, seguindo a sua proposta de garantir que haja uma votação primeiro na ideia e depois no candidato, que pudéssemos pensar de que forma poderíamos melhorar essa proposta para levá-la — eu, particularmente — ao Partido dos Trabalhadores, para fazermos uma reflexão sobre como trabalhar numa proposta construída conjuntamente.

Já estou finalizando, Sr. Presidente, Sr. Relator e senhores convidados, a quem agradeço por terem aceito o convite. Em relação ao financiamento público, nós o defendemos, e estamos propensos também a acatar a proposta do financiamento de pessoa física, ressaltando o limite de 700 reais, corrigidos obviamente pelas correções oficiais necessárias, mas que também sejam resguardados os 40% do total dos recursos públicos destinados ao candidato. Eu acho que essa é uma proposição que ainda precisaria ser melhor debatida. Eu acho que, com a contribuição que os senhores trouxeram nesta tarde de hoje, e já vêm



trazendo através das manifestações, das audiências de que têm participado e das cartilhas bastante didáticas e elucidativas, poderemos enriquecer muito o trabalho desta Comissão.

Eu teria muitas outras coisas a falar, mas, respeitando o tempo e sabendo que temos muitos outros oradores que desejam também usar a palavra, limito-me e encerro aqui o meu pronunciamento. Ao mesmo tempo, gostaria de parabenizá-los e de dizer que fiquei muito feliz com a fala do Relator naquela audiência promovida nesta Casa pela CNBB, pela OAB e pelo movimento de coalizão, quando o Relator se colocou completamente aberto a não existir pacote fechado e a não existir posição definida. S.Exa. tem sua posição pessoal, mas está aberto a enriquecer este trabalho, ouvindo todos aqueles que têm o interesse de contribuir. E nós, efetivamente, não abriremos mão de que todos os segmentos da sociedade possam ser ouvidos. Temos que conceber uma reforma política o mais próxima possível do que pensa a população, combatendo o financiamento que tem trazido a força do poder econômico, limitando a participação das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais e de todos aqueles que são não mais minoria na sociedade, mas que acabam ainda sendo minorias nas suas representações e nos espaços de poder.

Finalizo parabenizando a todos e dizendo que vamos buscar fazer o que nos unifica, o que há de consenso nas nossas propostas e vamos separar o que é conflitante, para vermos se, a partir do debate, os nossos conflitos podem ser dirimidos para chegarmos a uma proposta em comum.

Esperava que o Presidente estivesse aqui presente. Não estando, queria solicitar uma informação, Relator, se o Presidente já tem resposta para esta Comissão da Presidência da Casa sobre a Comissão que vai tratar dos projetos de lei. Vai ser a mesma Comissão? Como faremos isso? Quando nos reuniremos?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Moema Gramacho, pela participação, V.Exa. que é uma das autoras do requerimento de realização desta audiência pública.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Molling, também coautor de requerimento de realização desta audiência pública.



O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Eu quero saudar o Presidente, o Relator, os expositores. Parabenizo-os por trazer as entidades e por elas se envolverem nessa questão tão importante que é a política. A política, para atingir os seus objetivos, tem que melhorar a vida das pessoas. Da maneira como nós estamos hoje, com a falta de credibilidade, infelizmente, nós não temos conseguido atingir esses objetivos. Durante a campanha, nós percebemos, e agora mesmo, que o descrédito é muito grande. Não que não haja problemas em todas as funções, em outras profissões também, mas a área pública é bem mais visada, mas também deixa a desejar.

Eu fiz um requerimento para debater especialmente o barateamento das campanhas políticas. Eu entendo que uma das maneiras mais eficazes é a unificação das eleições. Eu fui Prefeito por 8 anos, e a primeira coisa que eu fiz, em 2007, foi apresentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 160, que propõe a unificação das eleições. Infelizmente, os Municípios, já há bastante tempo, não têm autonomia. Eles precisam de convênios tanto estaduais como federais, precisam buscar recursos para melhorar a vida das pessoas. E esses convênios, infelizmente, não andam. Eleição de 2 em 2 anos paralisa tudo. O dinheiro não é repassado. Pequenas empresas quebram porque não recebem os recursos. Obras são paralisadas.

Então, não existe uma continuidade de administração do convênio feito aqui com o Governo do Estado e com o Município. Com certeza, a unificação das eleições melhoraria muito a eficiência na aplicação dos recursos públicos e também diminuiria sensivelmente o custo das campanhas.

Nós teremos, no ano que vem, campanha para Prefeitos e para Vereadores e, queira ou não queira, todo mundo se envolve. É o Deputado que se envolve. É o Governo que se envolve. E os custos são enormes. E, daqui a 2 anos, já haverá eleições de novo. Passa muito rápido.

Então, temos que baratear as campanhas. Aqui foi meio unânime em se dizer que a origem da corrupção está no financiamento privado. Eu discordo totalmente disso. Eu acho que hoje existe muito mais corrupção no dinheiro público do que no dinheiro privado. Não que não possa haver também. Eu acho que as empresas são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. Nós precisamos valorizar cada



vez mais as empresas. Infelizmente, nos últimos anos, nós caímos. O setor industrial já representava 48% do PIB, e hoje representa em torno de 14%, 15%. E nós estamos vendo que o Brasil, ao invés de crescer, está paralisado. Por quê? Porque a área industrial, que é fundamental, que gera emprego, que gera desenvolvimento, que gera crescimento, que gera cidadania, está patinando em razão da alta carga tributária e da falta de competitividade, não consegue mais exportar.

Eu defendo os setores empresariais, especialmente os intensivos de mão de obra, manufaturados, o setor calçadista, o setor moveleiro, o setor de confecção, que geram muitos empregos. É muito difícil realmente conseguir ajuda nas campanhas. A gente às vezes tem que se humilhar, ir lá, pedir. Mas é a maneira que nós temos hoje de conseguir fazer as campanhas. Agora, dizer que a origem da corrupção está no financiamento privado não é verdadeiro. No meu entendimento, no dinheiro público é muito mais. Se nós não mudarmos, se não diminuirmos o custo das campanhas, vai continuar o caixa dois e vai continuar a corrupção, infelizmente, nas campanhas. Então, nós temos que baratear, e a transparência em tudo isso é importante. Agora, não vamos nos iludir e dizer que a origem da corrupção está no financiamento público de campanha.

Também foi defendido o voto em lista. Na audiência pública que nós fizemos hoje de manhã, eu citei um caso. Eu participei como observador do MERCOSUL da campanha eleitoral do Paraguai. Chegando lá, nós conversamos com um Deputado. O partido dele tinha a possibilidade de eleger 3 Deputados. Para ele figurar na lista como o terceiro, o Presidente pediu que ele assinasse uma promissória de 500 mil dólares. Aí ele poderia participar como o terceiro colocado lá. Ele disse: *“Se eu assino essa promissória e depois nós conseguirmos um espaço no Governo, de repente eu não preciso pagar; mas, se nós não conseguirmos, eu, como Deputado, vou ter que arrumar, e aí não vale a pena”*. Ele não participou, não entrou. O 29º da lista era um jogador de futebol de renome, para buscar votos para aquela lista, para poder eleger aqueles três. Então, para poder figurar, para poder ser um dos da lista, não vai ser necessário muito dinheiro e só vão entrar aqueles que têm dinheiro? É uma pergunta.

Eu sei que existem hoje muitos interesses, muitas necessidades. Eu acho que nós temos que trabalhar para fazer uma reforma possível. Temos que tentar escutar



o máximo. O fim das coligações na eleição proporcional eu acredito que fortaleça os partidos. Hoje, nós temos muitos donos de partidos que só deixam três ou quatro entrarem para concorrer. Sempre são eleitos os mesmos, porque fazem coligação. Não formam partidos.

A outra questão é que temos de trabalhar para diminuir o número de partidos. Foi colocado hoje de manhã que o partido da Presidenta Dilma elegeu em torno de 13% dos votos e precisa compor o Governo. Só que, para compor o Governo, não é de graça. Isso não é só no Governo Federal. Se você for aos 4 mil e poucos Municípios que nós temos no Brasil, verá que praticamente todos esses Municípios têm 10, 15 partidos. Ninguém mais se elege sozinho. Para você se eleger, você tem que fazer composição com seis, sete partidos. Só que, para fazer essa composição, você tem que dar cargos. Por isso é que as Prefeituras estão cheias de cargos de confiança. Não conseguem mais investir em nada. Mas, infelizmente, não se elege se não se faz esse tipo de aliança. Então, essa é uma questão que nós temos que tratar também nessa reforma, senão, infelizmente, nós não vamos conseguir melhorar a vida das pessoas, melhorar a infraestrutura, atender melhor na saúde. Nós estamos gastando todo o dinheiro só para pagar CC, para pagar funcionário público. Enfim, as pessoas hoje estão bastante cheias. Por isso que a política está do jeito que está.

Parabenizo o trabalho, a ideia de cada um, mas peço também que reflitam. A origem da corrupção não está somente no financiamento privado. As empresas são importantes. Não que não tenha alguma doação com interesse, mas muitas empresas colaboram para a democracia, para que alguém possa se eleger para defender esses setores tão sofridos. Acredito que eles também tenham o direito de continuar participando, com limite, com diminuição dos custos, porque realmente hoje é um absurdo. A maior parte, no meu entender, não é corrupção privada, mas pública. Muitas vezes a gente escuta: *“Para eu apoiar aquele governador lá, eu pedi tantos milhões”*. Mas de onde que vem esse dinheiro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Renato Molling, pela sua participação, V.Exa. que também é autor de requerimento.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, nós temos muitos Deputados inscritos, certo? Eu tenho interesse em questionar os membros da Mesa sobre o projeto de reforma que eles trouxeram. Se cada Deputado inscrito for fazer a sua prelação sobre o projeto de reforma política que está em sua cabeça, a gente não interroga, não questiona as pessoas que trouxeram aqui uma proposta concreta. Então, é só para a gente arrumar aqui o tempo, e cada um não gastar mais de 20 minutos fazendo a sua prelação sobre a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Perfeitamente, Sr. Deputado. O nosso desejo é que se garanta o direito às inscrições, que todos os Deputados e Deputadas possam fazer a sua apresentação. O tempo regimental é de 3 minutos. A gente tem uma compreensão com os Deputados e Deputadas, mas queremos também de V.Exas. a compreensão para que o trabalho da audiência possa chegar ao seu objetivo final.

(Não identificado) - Entendido, Sr. Presidente, o Deputado reforçou bem, até porque começou a Ordem do Dia e alguns Deputados vão ter que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Nós temos cerca de 20 Deputados ainda inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia, também autor do requerimento. *(Pausa.)* Não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Padre João, autor também de requerimento. *(Pausa.)* Não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - As primeiras considerações são importantes. Sinto-me honrado também em compartilhar com alguns colegas a iniciativa de convidar essas instituições, essas entidades representativas que tiveram a capacidade de elaborar um projeto, uma proposta. É um conjunto de 102 instituições, entidades, representações, movimentos e naturalmente que as cem não têm oportunidade de aqui fazer o debate, neste instante, mas estão representadas.

Eu assinei esse projeto ano passado porque o achei interessante do ponto de vista de uma das questões cruciais. Dirijo-me ao nosso Presidente, Deputado Rodrigo Maia, ao nosso Vice-Presidente, aos nossos colegas desta Comissão, tanto



de direção desses trabalhos, nosso Relator, que no momento não está aqui, mas está próximo, porque esses são os esforços, pois que nós precisamos ter a capacidade de estabelecer uma síntese e uma orientação.

Então, eu vejo que, do conjunto de tantas propostas que estão colocadas, assim como aqui foi falado, cada Deputado tem a sua proposta de reforma, a sua ideia, a sua convicção ou as nossas convicções. O que eu acho fundamental, algo que encabeça a discussão do projeto, é exatamente a definição de financiamento. Primeiro ponto: o financiamento tem de ser limitado, reduzido, controlado e fiscalizado. São três coisas importantes. Nós temos de estabelecer limites, o controle, que é o monitoramento, e a fiscalização inclusive. Nós temos de ter capacidade de buscar além do controle da fiscalização por parte de cada eleitor, de cada cidadão, mas dos órgãos de controle, porque com campanhas limitadas nós vamos saber do seu dimensionamento. Numa campanha em que se sabe o número que se pode gastar, nós vamos saber se há exagero e se ela está superdimensionada; o sentido do material, o sentido da visibilidade, o sentido das pessoas.

Então, eu vejo — está chegando o Relator, Deputado Marcelo Castro — que o bojo, o eixo do ponto fundamental, que é um dos eixos que foram estabelecidos aqui, é exatamente o dimensionamento, a limitação e a transparência do financiamento. Em relação a isso nós temos três aspectos, e aí há algumas discordâncias, pontos divergentes, mas vou dar também minha opinião, porque não posso me furtar, porque também represento muitos que pensam, como muitos que acreditam que, na condição do País, o financiamento privado tem de ser vetado. Por que tem de ser vetado? Porque na verdade ele dá dimensionamento de fortalecimento de força financeira às candidaturas, mesmo que nós venhamos a diminuí-los; não é democrático.

Muitos não têm acesso a esse financiamento ou ficam reféns do próprio partido, que pode, em muitas circunstâncias, usar os instrumentos, e a gente tem visto exemplos por aí.

Queria dizer, então, que esse ponto é fundamental: dimensionamento, limites. E aí vem a questão: público ou privado? Quanto ao público, já existe o fundo partidário, que hoje é próximo dos 500 milhões, meio bilhão. Talvez ele não seja



suficiente, mas também não se pode jogar nas costas da União ou do faturamento, ou enfim, da população, o ônus por buscar recursos públicos, que têm dimensionamento. Colocam-se os partidos na sua estrutura, na qual hoje é usado o fundo, e ainda bem gerido, bem administrado. Isso ajuda um pouco nas campanhas. Esse é o financiamento público existente.

Não podemos fazer confusão, e aí a transparência é importante; o debate, a audiência com os nossos Líderes são no sentido de que uma empresa pública não pode gerar 1 centavo para cair num processo político só por desvios, só por corrupção, só por outras formas. É verdadeiro. E o projeto colocou uma proposta muito boa, pois não exclui a condição de o cidadão participar da campanha, mas tem limites — 700 reais, próximo a um salário mínimo. É um número.

Então, eu vejo, por isso, que o projeto tem um componente de contribuição importantíssimo para a futura lei, para as futuras deliberações e para os parâmetros futuros em relação a essa questão do financiamento. Então, eu me limito a centrar o esforço em relação a esse item, porque ele, na nossa opinião, é determinante na credibilidade, na transparência, enfim, por tudo que aqui tem sido dito, mas eu vejo um aproveitamento muito importante desse componente, da forma como está apresentado ao projeto. E o debate, na minha opinião, deve ser aprofundado. E aí vem a pergunta, quando eles puderem responder, pois são muitos a participar, colocar junto alguns instrumentos de fiscalização. Nós temos que colocar juntos, nós temos de ter capacidade de estabelecer, porque é possível, sim, haja vista alguns argumentos que já fiz — não vou me estender —, mas eu entendo que nós temos que colocar isso para dar tranquilidade e transparência à sociedade, ao eleitor e a todos os brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado Afonso Hamm.

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores palestrantes, a primeira observação: na minha opinião, o sistema atual não é totalmente falho a ponto de ser demonizado e



exorcizado. Ele tem graves defeitos, mas não é totalmente falho e permitiu que nós iniciássemos um processo de consolidação da nossa democracia.

Quais são os problemas que devem ser aventados, agora, num momento em que temos uma proposta da Comissão formada por Deputados, ex-Senadores e uma proposta da CNBB e da OAB. Na realidade, no momento em que um Deputado coloca suas opiniões, como nós vimos aqui, ele está fazendo contraponto às posições colocadas. É automático. É uma coisa imediata. Ele coloca de uma forma diferente aquilo que foi tão bem colocado pelos representantes da CNBB, da OAB e das demais entidades.

Quais são os problemas, a meu ver, gravíssimos, do sistema eleitoral atual? São dois. O primeiro é o custo de campanha altíssimo, que é em decorrência da forma de escolher dos Deputados, e o segundo é a miríade de partidos que há no Brasil, o que impede depois que se faça realmente uma coalisão para defender o Estado. Não é possível com trinta e tantos partidos, a não ser que haja trinta e tantos Ministérios para contemplar trinta e tantos partidos. É impossível conseguir realmente alguma coisa satisfatória. Então, são esses dois problemas. O método de escolha dos Deputados e, o segundo, a miríade dos partidos no Brasil.

Como é que eu enfrento esses dois problemas? Quais são os problemas na eleição dos Deputados? Vou só falar sobre isso porque não dá tempo. É muito rápido! Vou falar sobre tudo. Eu acho que o primeiro é o custo da campanha. Imagine o Estado de São Paulo, que tem 32 milhões de eleitores. A Argentina inteira tem 27 milhões. Os senhores disseram que queriam acabar com essa disputa interna no partido. Não vão! Se o partido vai colocar duas vezes o número de candidatos em função da vaga que vai haver no primeiro turno, não vai resolver nada. O custo de campanha é altíssimo. Trocar o financiamento privado por público é trocar seis por meia dúzia. A única forma de se reduzir o custo da campanha é diminuir o tamanho do Distrito. Se não dá para ter voto distrital, vamos ter o regional. Vamos permitir que os Estados maiores — não só em número de habitantes, mas maiores como o Amazonas, onde em algumas cidades eu preciso ir de barco. No Pará, eu preciso de barco para chegar a essas cidades — possam se dividir em regiões.



O segundo problema é aproximar os eleitos dos eleitores. Hoje não é por acaso que os eleitores não sabem nem se lembram de em quem votaram. Como é que vou pedir, em São Paulo, um eleitor para que ela saiba as propostas de 1.200 candidatos a Deputado Estadual? Ele não vai nunca saber! Isso é impossível! Ele não vai saber nunca! De mil candidatos a Deputado Federal. Não vai saber nunca. É querer cobrar muito do eleitor.

Terceiro problema: todas as regiões precisam ter candidatos eleitos que as representem. Se eu dividir um Estado em dez regiões, por exemplo, todas as dez terão os seus Deputados.

Por último, o sistema atual de escolha dos Deputados desestimula as mulheres, os jovens, os profissionais liberais. Daqui a pouco nós teremos aqui uma Câmara formada só por milionários, pastores evangélicos, comunicadores sociais, presidentes de sindicatos. Mas um profissional liberal que só tem o seu trabalho, que é benquisto na sua região, não vai poder ser eleito nunca mais. Ele simplesmente vai ser no máximo Vereador. Para ser eleito, ele não vai entrar numa eleição em que precisa de 100 mil votos e o custo de alguns milhões.

Era isso o que eu queria dizer, certamente em contraposição, mas cumprimentando o belíssimo trabalho que os senhores vêm fazendo, principalmente no combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Mendes Thame, pela contribuição.

Com a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia, que também é autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento tem por finalidade justamente trazer para este debate importantíssimo da reforma política alguns segmentos da sociedade civil organizada que, eu tenho plena certeza, darão uma significativa contribuição.

Então, é nesse sentido que nós estamos propondo que sejam convidados a participar desta audiência pública representantes da Confederação Nacional da Indústria — CNI, representantes da Confederação Nacional do Comércio, Bens e Serviços — CNC, representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras — CNF, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.



E aí vale o parêntese, Sr. Presidente. Hoje pela manhã, o Deputado Esperidião Amin disse aqui que a Ordem dos Advogados do Brasil tem reclamado muito da falta de participação popular no âmbito desta Comissão e da reforma política. O Deputado Esperidião Amin se queixa justamente de que a OAB, que tem sido tão profícua nessa reivindicação e nas críticas, também deveria realmente ser mais aberta nas suas posições, principalmente na sua prestação de contas, que não deveria ser feita apenas pelo órgão interno da OAB, sobretudo por ocasião da eleição do seu Presidente. É inadmissível que o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que tanto reclama participação popular e se arvora em tantas vezes ser capaz de dar depoimentos contra tais e quais procedimentos, não faça a eleição direta para Presidente. Mas queremos, de qualquer forma, que a OAB participe deste debate.

Queremos convidar também o representante da Força Sindical, para que todos os segmentos se façam presentes no sentido de podermos participar e aprofundar o debate da reforma política.

É esse o nosso propósito; é esse o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Arthur Oliveira Maia. Esses requerimentos já foram encaminhados. Hoje nós já estamos fazendo aqui a audiência com a presença inclusive do representante da OAB neste debate.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, hoje pela manhã, nós tivemos a oportunidade de também, numa audiência pública, ouvir um palestrante que fez a análise do Direito Comparado. Ele trouxe aqui os sistemas eleitorais da Alemanha, da França; falou do sistema inglês, do americano e de outros sistemas. O que a gente pôde perceber é que todos os sistemas têm vantagens e também desvantagens.

Por isso, nobres pares, Sr. Presidente, eu entendo que nós precisamos de fazer mudanças, mas não precisamos fazer aquelas mudanças que vão modificar totalmente o sistema que hoje nós adotamos. Por quê? Nós já tivemos, por exemplo, um avanço, primeiro, quando o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que haveria fidelidade partidária. Ali, nós já pudemos ver um avanço importante, porque era um



troca-troca de partido. Inclusive, quando se faziam eleições internas aqui, esse troca-troca de partido mudava a proporcionalidade. Quer dizer, isso praticamente acabou.

Em seguida, nós aprovamos aqui, com o apoio popular, da iniciativa popular — inclusive os palestrantes tiveram oportunidade de colaborar —, a Lei da Ficha Limpa, também um outro avanço extremamente importante. Em 2010, a lei já produziu resultados fantásticos, mesmo não tendo sido aplicada posteriormente. O Supremo decidiu assim porque ela deveria ter obedecido ao princípio da anualidade, e não obedeceu. Mas, mesmo assim, ela já produziu efeitos positivos no processo legislativo de 2012, 2014, e assim vem produzindo.

Então, do que nós precisamos? Nós precisamos aqui praticamente — plagiando o programa da Rede Globo *Pequenas empresas, Grandes negócios* — de pequenas mudanças com grandes soluções. E o que nós temos a título de sugestão? Por exemplo, nós temos um modelo de contratação de cabos eleitorais, o que é extremamente nefasto. Aqui foi colocado que o grande problema é o custo das campanhas. Veja, eu recebi ligação no dia eleição de que havia vários cheques de 200 reais emitidos por candidatos concorrentes. Ligaram-me pedindo que eu agisse, que denunciasse, mas aquilo estava legalizado, porque eram cheques de campanha com tudo bonitinho, com contrato, tudo certinho. Então, nós temos que mudar isso, revogar esse dispositivo que permite a contratação de cabos eleitorais, porque isso, além de aumentar o custo da campanha, está, na verdade, legalizando a compra de voto.

O que mais? Placas, cavaletes, tudo isso envolve custo de campanha. Nós temos, por exemplo, os *outdoors*, que é uma mídia de grande impacto, de um custo pequeno, e não usamos esse método para poder divulgar as campanhas eleitorais. Então, precisamos limitar a doação, por exemplo, do próprio candidato, porque, se o candidato tiver 100 milhões de reais e resolver colocar 10 milhões da conta dele, pessoal, na campanha, ele pode fazer isso que não há problema nenhum. Isso desequilibra o jogo, desequilibra a disputa.

Então, essas propostas trazidas hoje por estes grupos, OAB, Movimento Contra Corrupção — MCC, MCCE e também CNBB, são importantes, e nós temos que prosseguir nessa direção para aprimorar o nosso sistema eleitoral.



Sr. Presidente, na verdade, o que nós precisamos é de aprofundar e aprimorar o sistema brasileiro, porque os sistemas de outros países também têm suas virtudes, mas também têm os seus defeitos. Então, vamos trabalhar no aprimoramento do sistema brasileiro. Olhem a urna eletrônica, ela é um exemplo para o mundo e é uma criação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Valtenir.

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, parablenzo-o mais uma vez pela condução dos trabalhos e também parablenzo o Relator pela sua postura. Vou seguir aqui a linha de raciocínio do Deputado Victor Mendes e também a do Deputado Jean Wyllys, procurando me ater, no menor tempo possível, à questão que nos toca na audiência pública.

Em primeiro lugar, alegra-me muito ouvir, Dr. Marcelo, a concepção de que o voto não é só um direito. É um direito, não há dúvida, mas é também um dever, um dever da participação política do cidadão, do homem comum. Se tornássemos o voto facultativo, talvez levássemos às urnas apenas aqueles interessados, de alguma maneira, no processo político-eleitoral. Então, de antemão, parablenzo-os por essa postura de defesa da ideia do voto obrigatório, da qual compartilho, assim como muitos Deputados também, ou seja, dessa necessidade de o cidadão compartilhar, tomar como sua aquela que é uma missão fundamental.

Em segundo lugar, eu parablenzo pela exposição, pela coragem e pela retidão de intenções que pressuponho nessa coalizão democrática capitaneada por um grupo de bispos da CNBB, por uma parcela da Ordem dos Advogados do Brasil e assim por diante. Vejo aí, sim, uma preocupação autêntica, V.Sas. nos trazem uma preocupação autêntica. Minimizarmos hoje as deficiências do nosso sistema, minimizarmos os efeitos que isso tem causado no eleitorado seria tentar tapar o sol com a peneira — com o perdão da expressão mais simplória. Realmente o nosso sistema político e, sobretudo, o nosso sistema eleitoral têm problemas, e diagnosticar que isso não vai bem e exige reparos acho uma atitude de grande valia dos senhores, e sei o trabalho que isso demanda.



Estou preocupado com o tempo, não pelo poder que tem V.Exa., Sr. Presidente, de me cortar a palavra, mas justamente pela generosidade que tem mostrado — por isso a gente sempre fica mais preocupado. Quem perde poder muitas vezes ganha autoridade.

Não obstante ver essa retidão de intenções e tudo o mais, existem algumas preocupações que me afligem, e eu as compartilho aqui com a intenção única de iluminar o nosso debate. Vi na postura do Dr. Marcelo algo um pouco diferente, mostrando justamente o caráter plural, pois se trata uma proposta que precisa ser pensada, enriquecida e assim por diante. Agradeço-lhe e ressalto que isso também foi corroborado pelos dois oradores que o sucederam.

Coloco-me o seguinte: em primeiro lugar, o nosso sistema é ruim porque hoje o custo das campanhas é altíssimo e essa é uma das raízes da corrupção. Isso aqui eu acho que ninguém discute. Mas o custo das campanhas é altíssimo porque elas são realizadas num espaço territorial único no mundo. Eu não vou dizer aqui se o voto vai ser majoritário, se vai ser proporcional, isso é outra conversa, a gente não pode confundir. Há duas questões técnicas: uma coisa é o espaço territorial em que as campanhas se desenvolvem e outra é o critério que se utiliza para escolher quem são os primeiros colocados nela. Então, mesmo os países que têm sistemas de lista, em geral — salvo aqueles muito pequenos, Israel, Suíça e assim por diante —, nenhum país com uma democracia consolidada preserva um distrito eleitoral, uma circunscrição. Voto distrital no Brasil — é importante que se diga — nós já temos. O voto no Brasil já é distrital, tanto que Assis Brasil, aquele que mais propugnou pelo voto em lista, pelo sistema proporcional, quando se pretendeu que o voto fosse nacional, o próprio Assis Brasil, o maior defensor do sistema proporcional no Brasil, disse: “*Não, se for nacional, eu retiro a proposta.*” Então, distrito já temos, agora, não há paralelo no mundo de um distrito que seja tão grande como o nosso, e é impossível sem a diminuição da base territorial. Primeiro, é impossível diminuir o custo das campanhas. Segundo, é impossível aproximar o eleitor do eleito.

O senhor vem em nome da CNBB e certamente conhece o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, documento importante, da lavra do Cardeal Van Thuan, um homem que sofreu duras penas no Vietnã e depois nos brindou na Comissão de Justiça e Paz. Lá diz que a relação do eleitor com o eleito precisa proporcionar uma



escolha, um acompanhamento e uma fiscalização. É impossível, como disse o Deputado Mendes Thame, escolher no universo. E nesse ponto eu não entendo o projeto, porque hoje um partido pode lançar 150% das cadeiras. O projeto prevê 200%, ou seja, o número de candidatos aumenta de 150% para 200% num primeiro momento da lista. Se não estou enganado, estou com o texto aqui, é o § 2º do art. 5º, a, pelo menos é o que está aqui na <http://www.reformapoliticademocratica.org.br/>. Mas no primeiro turno se pode lançar aqui o número correspondente ao dobro das cadeiras. Bom, no segundo turno, vai bem. Mas isso não fica claro. E precisaria estar, porque aqui fala em uma lista preordenada formada por candidatos em número máximo correspondente ao dobro das cadeiras parlamentares em disputa. Aqui diz “*em disputas*”.

Bem, terminando, segunda coisa importante: ser um deputado distrital — e eu repito o que disse pela manhã: fui votado em 589 cidades, não estou aqui advogando em causa própria — não rebaixa nenhum parlamentar em nenhum lugar do mundo. Winston Churchill, um dos maiores estadistas do mundo, foi eleito por um pequeno distrito irrelevante no cenário inglês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Faço um apelo ao orador que conclua para que possamos continuar e dar oportunidade a todos os Deputados e Deputadas de se posicionarem.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Perdoe-me, Excelência, vou para as conclusões.

Churchill perdeu porque estava já desprestigiado. Mas o pequeno distrito insignificante no território inglês permitiu que a Câmara baixa tivesse, quando precisou, um dos maiores estadistas do mundo, e alçado, assim, quando foi necessário.

Então, a história mostra que ser um deputado distrital não rebaixa nenhum parlamentar. Pelo contrário, permite à Casa que, nos momentos mais graves, possa dispor de cidadãos importantes.

Hoje se vota em João e elege-se Pedro. No projeto, com todo o respeito, não se vota nem em João, não se vota em ninguém. Sabe-se lá Deus como essas listas preordenadas... Eu sei o que o projeto tem. Eu o li atentamente e fiz anotações em cima das posições de V.Sas., mostrando a minha atenção a cada uma e o meu



respeito ao trabalho que desenvolvem, respeito sincero. Mas hoje se vota em João, ao menos, mesmo que, muitas vezes... Eu gostaria que se votasse em João e João fosse o eleito, mas, pelo projeto, não se vota sequer em João.

No penúltimo tema, busca-se que o cidadão seja protagonista. E, claro, vejo a retidão de intenção de V.Sas. No entanto, no projeto o protagonismo passa a ser de máquinas partidárias, e não são as em que a população em geral mais confia. E aqui não faço juízo nem do meu nem de nenhum outro partido, que contam com quadros importantes. A palavra, portanto, não será mais do eleitor.

Questão dos limites de distritos. Quando se tem um Tribunal Superior Eleitoral com tecnologia, com trabalho consolidado, caberia a ele a divisão dos distritos, a quem cuida de eleições e tem legitimidade técnico-democrática para tanto. Não seria uma preocupação, de maneira alguma.

E eu termino dizendo que a ânsia — ânsia sincera, eu sei, porque conheço um pouquinho a Igreja Católica, sou advogado, conheço um pouco a OAB. Enfim, eu sei que há aí uma ânsia sincera por uma reforma democrática, da melhor qualidade possível para o Brasil. Isso eu não questionaria e, sinceramente, eu os defenderia até o fim se alguém questionasse a retidão das intenções de V.Sas. Mas essa ânsia não pode permitir uma substituição ilegítima da sociedade civil.

Sociedade civil, no sentido amplo, é o conjunto de todas as pessoas de um país; sociedade civil, no sentido estrito, é ao menos o conjunto dos cidadãos.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem o meu mais profundo respeito, há de nos liderar, nós católicos, nos dogmas de fé, naquilo que os senhores bispos, em comunhão com o Santo Padre, assim preservarem a doutrina da Igreja.

A Ordem dos Advogados do Brasil deve nos liderar enquanto advogados — recebeu mandato para tanto. Cada um dos senhores presidentes de subseção, de seção ou nacional recebeu um mandato para cuidar dos interesses próprios da advocacia. Eu sou advogado e nunca fui consultado pela Ordem dos Advogados do Brasil sobre como deveria ser a proposta de reforma política.

Então, colocar-se em nome da sociedade civil, sei que, pela melhor das intenções — isso eu reconheço —, é um argumento perigoso, na minha humilde e



jovial opinião, porque a sociedade civil, com todo respeito, se manifestou dizendo: *“Hoje, sociedade civil e Parlamento se encontram.”*

Com todo respeito, a sociedade civil e o Parlamento se encontraram no dia 5 de outubro de 2014, quando os cidadãos livres e desimpedidos foram às urnas. E pelo direito deles, e pelo respeito à capacidade que reconheço em cada homem e em cada mulher de escolher, sim, o seu representante, gostaria que eles pudessem acompanhá-lo, mas gostaria que eles pudessem fiscalizá-lo mais, e escolhê-los melhor. E talvez eu nem estivesse aqui numa próxima oportunidade. Mas eu não tenho dúvida...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, falar 10 ou 15 minutos não pode. Deputado Victor Mendes, V.Exa., que reclamou tanto, bata aí do lado.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Perdão, termino aqui. E peço perdão, V.Exas. estão certos.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não há nenhuma campanha aí, Sr. Presidente, para ir avisando que terminou o tempo, porque assim não dá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Faço um apelo ao Deputado...

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Peço perdão a V.Exas., que têm toda razão. O tema é muito importante, perdoem-me, eu também me traí aqui.

A sociedade civil se encontrou no dia 5 de outubro e se encontra representada aqui.

Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Evandro Gussi, pela compreensão.

Com a palavra o Deputado Marcelo Castro, Relator da matéria. Logo após, Deputado Victor Mendes.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu quero cumprimentar todos, parabenizar os palestrantes e agradecer a presença de cada um, tão valiosa para nós aqui nesta tarde.



Quero fazer um cumprimento especial ao Padre Ernani, representante da CNBB, que se encontra aqui desde o início, pacientemente nos ouvindo. E dizer à coalizão democrática o quanto nós julgamos importante a sua participação.

O primeiro convite que nós fizemos foi para que a CNBB, a OAB, o MCCE, a UNE, a CUT e mais de cem entidades representativas da sociedade civil organizada estivessem hoje aqui.

Alguém pode dizer: *“Não, não foram os primeiros, porque hoje de manhã tivemos um cientista aqui, um jurista falando.”* Mas a programação dizia que as reuniões seriam no período da tarde. E nós fizemos reuniões também pela manhã com a intenção de demonstrar o meu apreço, o meu respeito e, sobretudo, a necessidade de envolvimento da sociedade organizada para conseguirmos fazer uma reforma eleitoral.

Então, sou aqui muito agradecido pelo trabalho que V.Sas. estão fazendo e pela sua presença aqui.

Gostaria de fazer uma pergunta ao representante da OAB e ao Dr. Marcelo Lavenère, ex-Presidente da OAB, que conhece profundamente a nossa Constituição.

Foi dito aqui pelo representante da OAB que o Supremo está julgando a questão da contribuição das empresas como cláusula pétrea. Isso é fundamental para nós, porque, se for considerada cláusula pétrea, nós não podemos aprovar uma PEC aqui, porque não vai ter nenhum efeito. Eles vão dizer que a PEC fere cláusula pétrea. Se não for cláusula pétrea, evidentemente, nós podemos aprovar uma PEC aqui e o Supremo terá que se submeter à vontade do Congresso Nacional. Então, o Dr. Marcelo Lavenère está com a missão de nos esclarecer, porque nós somos incipientes nesse assunto.

Outro assunto de que eu gostaria de tratar aqui é que houve um questionamento, principalmente da nossa colega Deputada Moema Gramacho, sobre a Comissão para dar parecer aos projetos de lei.

Eu já comuniquei ao Plenário que estive com o Presidente Eduardo Cunha — o Presidente da nossa Comissão, Deputado Rodrigo Maia, também esteve — e ele se comprometeu a constituir uma Comissão e a pedir aos Líderes que indiquem os respectivos membros, porque, tecnicamente, regimentalmente, isso não é possível.



Esta Comissão é para dar parecer a mais de uma PEC que está em tramitação. Mas, para o bom andamento dos trabalhos, nós podemos fazer aqui uma Comissão Especial para dar parecer à PEC e um grupo de trabalho informal composto pelos mesmos membros. Aí nós poderíamos sair, no final, com uma PEC e um projeto de lei. Haveria uma economia muito grande e uma coordenação só dos dois trabalhos, que é, enfim, o que nós estamos nos propondo a fazer. Seria rápido. Bastaria o Presidente determinar. Mas já acertou. Depois eu vou lá com o Presidente Rodrigo Maia para executarmos isso.

Agora, há algo aqui que faz parte de todos os nossos pronunciamentos, que é a excessiva influência do poder econômico nos resultados dos pleitos eleitorais. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores palestrantes, nós estamos selecionando os nossos representantes da pior maneira, como disse aqui o nosso grande Deputado por São Paulo Mendes Thame. Daqui a pouco nós vamos ter um Parlamento só de pessoas com muito dinheiro, independentemente da origem desse dinheiro, e de pessoas que têm uma clientela, que têm uma estrutura com a qual podem contar para se eleger, porque as pessoas com dotes pessoais vão ficar sempre relegadas a um segundo plano. Não estou falando das eleições gerais. Quem faz eleição sabe que o poder econômico tem sua influência de maneira seletiva: para cargo de Governador, de Presidente da República, de Prefeito de capital ou de grandes cidades o poder econômico é importante, mas não é determinante. Mas para o Parlamento, de Vereador a Deputado Federal, o poder econômico vem sendo cada vez mais determinante. E aí as outras qualidades do candidato, naturalmente, vão ficar ofuscadas, relegadas a um segundo plano pela relevância e pela importância do dinheiro. Essa é uma preocupação que nós precisamos ter e resolver para melhorar o nosso sistema eleitoral.

Gostaria, agora, de fazer uma crítica à proposta, com todo respeito, apresentada pela OAB e CNBB, que, como disse o nosso colega Evandro Gussi, com certeza foi feita com a melhor das intenções.

Primeiro, a proposta defende que haja paridade de gêneros, que o voto seja programático, no partido, na legenda. Mas, quando a proposta prevê a realização de segundo turno, anula toda essa boa intenção. Suponhamos aqui, Deputada Moema Gramacho, que na Bahia V.Exa. dispute uma eleição do PT e que o PT tenha



elegido, digamos, cinco Deputados Federais na Bahia. Então, a legenda do PT elegeu cinco Deputados. O que isso significa? Que os dez primeiros da lista do PT vão para o segundo turno disputar todo o eleitorado da Bahia, em todos os Municípios da Bahia, com os que votaram no PT e com os que não votaram no PT — são novos eleitores —, e vamos ter cinco homens disputando contra cinco mulheres, porque, como a lista exige paridade de gêneros, quando se chega ao segundo turno, são cinco homens de um lado e cinco mulheres de outro. Quem vai ser eleito? Os homens. Por quê? Porque aqui só tem homem. As mulheres têm todo espaço para disputar, mas não chegam aqui. E, quando chegam, muitas delas ainda chegam pelas mãos dos homens: é a mulher do Governador, é a mulher do Senador. E por aí vai.

Então, nós precisamos ver que essa proposta da OAB, da CNBB, do MCCE e de mais de cem entidades é contra o propósito declarado dessas entidades. Como é que nós queremos voto programático e colocamos no segundo turno os irmãos brigando entre si, numa luta fratricida?

Eu dei esse exemplo para o Marcus Vinícius, Presidente da OAB, quando essa proposta foi elaborada. Tivemos um diálogo também com o nosso querido ex-Deputado Aldo Arantes, pessoa tão ilustre. Debateremos isso.

Citei o Piauí como exemplo, com dois Deputados Federais do PMDB. Vamos para uma eleição no primeiro turno. Tudo bem. Voto no candidato, na proposta do PMDB, voto programático e ideológico. Apuram-se os votos do Piauí e o PMDB teve 10% dos votos. Então elegeu um Deputado Federal. Quem é esse? Eu sou o primeiro da lista e o meu colega, que era Deputado na época, é o segundo. Aí vamos para o segundo turno, em que eu e o meu companheiro de partido nos destruímos um ao outro. No primeiro turno, eu tinha um universo de 100 mil eleitores para eu trabalhar e convencê-los a votar em mim, agora tenho um universo de 2 milhões e 300 mil eleitores. Quem votou no PMDB, quem votou no PT, quem votou em qualquer outro partido passa a ser um potencial eleitor para desmanchar a briga que vai existir no partido.

Então penso que o melhor que V.Sas. fariam seria retirar esse segundo turno, que só vem de encontro a tudo que V.Sas. estão propondo — redução de custos, fim da luta fratricida entre os candidatos do mesmo partido — e propor um sistema



que existe no mundo inteiro, que é o sistema de lista fechada. Existe na Suécia, na Suíça, na Espanha, em Portugal, na Argentina, no Uruguai, na Dinamarca. Vários países adotaram esse sistema.

Esse segundo turno eu acho que é um desvirtuamento das boas e honestas intenções da coalizão democrática. Com todo respeito e honestidade, sou obrigado a dizer isso, porque é o que eu penso em profundidade e realidade.

Deixo aqui essa minha observação, parabenizando e pedindo à sociedade civil organizada, a essa coalizão que continue participando ativamente do processo, porque nós vamos precisar de uma maneira decisiva de V.Sas. para conseguir aprovar uma reforma que avance e que melhore o sistema eleitoral brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Marcelo Castro.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, vou me retirar porque tenho um compromisso e estão me chamando. Mas queria deixar uma pergunta: como é que a CNBB e a OAB veem um plebiscito para a decisão do voto facultativo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Está registrada a pergunta.

Com a palavra o Deputado Victor Mendes, já agradecendo pela persistência e pela compreensão. Depois concederei a palavra ao Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, eu vou ser uma exceção, vou respeitar os 3 minutos. Antes, porém, de contar o meu tempo, eu queria saber, do ponto de vista metodológico, uma vez que esta é uma audiência pública e não ainda uma reunião de caráter deliberativo da Comissão, se as agendas ficaram confirmadas às terças e quintas-feiras. Quinta-feira vai haver reunião normal da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Terça-feira à tarde e quinta-feira pela manhã. E sexta-feira seminário nos Estados.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - O.k., Sr. Presidente. Está esclarecido. Nós temos que “dançar” bem rápido para chegarmos a um resultado ainda em maio.



Eu queria parabenizar a Mesa pelos trabalhos. Participei de todas as reuniões e de todos os eventos da coalizão, principalmente no Estado do Maranhão, mas em caráter de aprendizado. Não vou negar que eu entrei aqui com um espírito e, participando, ou com umas ideias preconcebidas da minha experiência prática, que não é tão grande quanto a de diversos Deputados que estão aqui, mas eu acredito que eu tenho uma pequena experiência depois de oito mandatos como Deputado Estadual no Maranhão, melhorei, avancei no meu ponto de vista em algumas situações com base no aprendizado, no debate da coalizão, principalmente no Estado do Maranhão.

Por outro lado, fico preocupado com um trabalho, um movimento paralelo de desqualificação — isso eu falei para o nosso Relator — do que vai ser produzido aqui. Não pode haver esse sentimento de desqualificação no sentido de que o texto que foi gerado na Comissão não é um texto válido ou não é um texto representativo. Oportunidade para debater esta Comissão está tendo. Tem feito isso desde quando foi instalada.

Eu acredito que não se pode também desconstruir o que foi produzido na Legislatura passada. Acredito que os senhores também participaram, contribuíram e discutiram. Tanto é que o Dr. Marcelo já disse que seria a sexta ou sétima vez, demonstração de que já houve muito debate, mas não há consenso e não há objetividade.

Espero que realmente possamos contribuir com a objetividade de um texto. Não vai ser um texto perfeito. Nosso processo de evolução está em construção. Talvez a reforma política não seja um ponto final aqui, vai haver continuidade. Com certeza, daqui a 8, 10, 15, 16 anos vamos estar sentados de novo tentando sempre melhorar esse sistema.

Agora, o que há de comum, tanto da sociedade civil como, eu acredito, dos Parlamentares, em especial os membros desta Comissão Especial, é a vontade de fazer a reforma política. Acho que nos une o sentimento de receber críticas, tanto de um lado quanto de outro.

Quanto ao texto das PECs, não concordo com tudo o que está exposto. Mas também não concordo com tudo o que está exposto no PL vindo da coalizão. Aqui cito um exemplo, vou ressaltar o art. 16: *“Não será declarada a inconstitucionalidade*



de lei proveniente da iniciativa popular (...)". Isso está no texto da coalizão. Está no caderninho aqui:

"Art. 16 Não será declarada a inconstitucionalidade de lei proveniente de iniciativa popular, salvo quando formada maioria absoluta no âmbito do Supremo Tribunal Federal (...)"

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sim, mas já se esgota o debate de inconstitucionalidade logo no texto.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Mas sem a tramitação nos órgãos, nas Comissões? Não pode...

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Tudo bem. É um questionamento que temos que fazer para ficar bem claro. Talvez o texto da lei não esteja passando essa impressão, a impressão que temos, logo, é outra.

Alguns pontos, para concluir meus 30 segundos. Vou pedir mais 30 segundos de tolerância. *(Riso.)* Esse aprendizado que está tendo a coalizão está sendo muito útil para que possamos amadurecer alguns temas, para que possamos avançar em alguns temas, concordar e discordar, para que tenhamos um texto de consenso entre o sentimento da sociedade civil e da Câmara dos Deputados.

Fala-se muito em redução de custos de campanha. Acho que isso é fundamental. É o primeiro passo. Financiamento público: nós temos que traduzir para a base, para o caboclo do meu Maranhão, para o cidadão do meu Maranhão, do Amazonas, do Pará, de São Paulo, do Brasil, quem vai financiar o sistema público, de onde vai sair o dinheiro, de qual rubrica vai ser retirado para financiar o sistema público.

Hoje há o Fundo Partidário, há a propaganda gratuita, mas ela não atinge todos os políticos. Agora é que eu estou tendo a oportunidade de participar de um



programa de alcance federal do meu partido. Mas não atinge todo o mundo. Para um Vereador não vai chegar o financiamento público de campanha na base. Então, quero entender melhor como vai ser a prática do financiamento público.

Em relação ao financiamento privado, em vez de proibir, por que não limitar? Hoje a lei traz uma limitação de 2% do faturamento bruto. Por que não instituir 10 salários mínimos, tanto para a pessoa física quanto para a empresa de qualquer porte, pequena ou grande? Por que radicalizar?

São essas as contribuições que, no momento oportuno, iremos fazer, mas o espírito geral da minha fala seria o de reconhecer o importante trabalho e o serviço que a sociedade civil está prestando. Esta Comissão está tendo também a oportunidade de ouvir e melhorar seus posicionamentos. Dizer que está havendo algum tipo de cerceamento e que não se está ouvindo a vontade dos representantes de um segmento da sociedade brasileira é um equívoco, isso não está acontecendo aqui. Nós estamos com o mesmo espírito, estamos do mesmo lado. Queremos todos que daqui saia uma reforma política que atenda à sociedade e à classe política, porque é preciso também fazer isso. É imperiosa essa atitude da classe política, pela sobrevivência dos políticos — dos bons políticos — também.

Já concluindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Vou terminar. Quanto à sugestão de dividir em proposta de emenda à Constitucional e projeto de lei, acho muito boa, facilitadora. Muitos assuntos mais simples podem ser melhorados com o projeto de lei. Por exemplo, não só limitar o espaço territorial, mas diminuir também os tempos de campanha. Hoje são 90 dias de campanha. Não precisa mais. Com Internet, estradas funcionando, nós não precisamos de uma campanha tão longa. Vamos diminuir um pouco o tempo das campanhas.

Já falei demais. Encerro minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sr. Presidente, meu caro Relator, quero cumprimentar todos que integram a Mesa dos nossos trabalhos — Dr. Cláudio de Souza, Secretário-Geral da OAB, Dr. Marcelo Lavenère, ex-Presidente da OAB,



velho conhecido, Dr. Carlos Moura, representante do Movimento Contra a Corrupção Eleitoral.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, já estou no sétimo mandato. Da mesma forma que o Relator, Deputado Marcelo Castro, estamos mais uma vez participando de uma Comissão constituída para apreciar a reforma política. Já se tornou uma rotina. Estou na mesma expectativa do Relator, Deputado Marcelo Castro, de que agora cheguemos a um denominador comum, pelo menos que aproveemos algo que seja consenso, a reforma possível.

Eu até comentei, na reunião anterior, que nós fizemos aqui uma reforma do Poder Judiciário. Para que ela fosse promulgada, foi preciso fatiá-la. A primeira etapa foi promulgada e a segunda até hoje não foi votada. De forma que acredito que agora temos amplas possibilidades de fazer a reforma política, até porque há um sentimento generalizado no País de que essa reforma terá definição, de que se concretizará a reforma. Há muitos temas, muitas controvérsias.

Quero aproveitar para cumprimentar os representantes da OAB, da CNBB. Inclusive, fui convidado, em função de ser o único Deputado do Amazonas nesta Comissão, a ir a Manaus para participar de um debate com o comitê estadual, que está fazendo um trabalho muito ativo.

Fui convidado também para ir à Assembleia Legislativa levar sugestões, debater e trazer ao Relator algumas ideias, o pensamento dos nossos amigos do Estado do Amazonas, tanto dos Parlamentares Estaduais, Vereadores, como da sociedade civil organizada.

Quero crer que o Deputado Marcelo Castro nos trará um texto que realmente haverá de conseguir o consenso. Se não for possível avançarmos tanto, pelo menos em algum tema avançaremos.

Tenho a mesma ideia do Deputado Marcelo Castro quanto à questão do segundo turno para as eleições de Deputados, mas sou muito simpático à tese de não termos mais financiamento privado ou empresarial, como se está dizendo agora. Mas tenho uma preocupação. Queria deixar esta pergunta para qualquer um dos senhores que possa me responder: como conciliar o financiamento público numa escolha de Parlamentar que não seja através da lista preordenada?



Nós sempre concordamos que houvesse o financiamento público, mas, para que ele pudesse ser colocado em prática, teríamos obrigatoriamente que aprovar a lista fechada. E aí eu acho que não seria de bom alvitre, até porque já ouvi duas vezes aqui o Deputado Renato Molling dizer como é que se pode entrar nessa tal lista fechada. Deu o exemplo do Paraguai.

Portanto, eu queria deixar este questionamento: como definir o financiamento público na escolha de Deputados e Vereadores se não aprovarmos a lista preordenada?

Quanto ao resto, Sr. Presidente, acredito que este debate é importantíssimo. Estou feliz porque parece que nós teremos, em maio, um texto para levar ao plenário. Isso é muito importante.

Que nós possamos oferecer à Nação um projeto de reforma política. Que não seja o ideal, mas que seja o possível, para podermos fazer esse avanço tão necessário, uma vez que estamos neste debate há tantas Legislaturas. Não é isso, Deputado Marcelo Castro?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos da Mesa, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas.

Em primeiro lugar, independentemente da avaliação de mérito, quero elogiar a iniciativa da OAB, da CNBB, do Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e de tantas entidades em um momento de esgarçamento profundo, no mundo inteiro, da democracia representativa, em que os quadros partidários não conseguem vocalizar o sentimento de uma sociedade fragmentada, e a participação dos países avançados em algumas eleições é menor que 50%.

No Brasil, temos uma crise profunda e crescente da ideia de representação. É muito importante que setores importantes da sociedade se reúnam e se mobilizem para dialogar com o Congresso. Outros setores vão se pronunciar também. A sociedade civil é rica, diversa. Nós vamos ouvir diversos setores, mas a OAB e a CNBB têm um papel importante na redemocratização e nas lutas da sociedade brasileira.



Mas é importante, nesta discussão, falar um pouco do pano de fundo teórico. Democracia é uma invenção humana. E, como invenção humana, é imperfeita, tem pecados e virtudes. A própria ideia de representação carrega em si uma série de distorções. Isso povoa a literatura desde Aristóteles, Platão, passando por Rousseau, Max Weber, Gramsci, Bobbio. E por aí vai. Recentemente, foi lançado o livreto de Jacques Rancière intitulado *O Ódio à Democracia*, tratando da crise da ideia de representação na França e no restante da Europa.

A ideia de representação, quando se estabelecem filtros, não é uma democracia direta. É óbvio que ela tem imperfeições. Não há nenhum sistema perfeito. Tanto que todos os países têm insatisfações, os de lista fechada, os de voto distrital puro, voto distrital misto, todos. O ser humano é atavicamente insatisfeito e rebelde.

Mas eu queria, ao elogiar, muito sincera e transparentemente, problematizar a ideia trazida aqui pelo movimento. Primeiro, nós temos três grandes desafios. O projeto não responde favoravelmente a cada um deles. O centro da reforma política tem que ser a aproximação da sociedade da sua representação, o aumento do controle social sobre os mandatos.

Eu estudo esse tema há 17 anos. Tenho pesquisas reiteradas em vários planos, nacional e local, nas quais ficou demonstrado que 70% da população não lembram os nomes dos candidatos em quem votaram e 95% não têm a menor ideia de como os Deputados votam aqui em assuntos essenciais como salário mínimo, Código Florestal, imposto da saúde. Isso é gravíssimo: 95%! A sociedade não controla e não acompanha o trabalho e o processo decisório. Esse é o centro da reforma política. A questão do financiamento não pode obscurecer isso. É importante lidar com isso.

No entanto, a proposta trazida não avança na superação desse dilema, porque continua, no frigidar dos ovos, com votações nominais, em território aberto, em Estados num País continental. A proposta não avança no sentido de criar coisa que se daria coletivamente pela lista fechada ou com algum tipo de distritalização, seja mista, alguma regionalização do voto proporcional ou distrital puro. É isso que a experiência universal nos ensina. Então, a proposta não resolve a questão mais importante da reforma política.



Em segundo lugar está a questão dos gastos e do financiamento. Não adianta discutir financiamento se não interferirmos na estrutura dos gastos. Aí é preciso mexer no território ou num sistema mais racional. A proposta, ao contrário, não barateia, encarece a campanha ao introduzir dois turnos. Vai agregar mais uma etapa. Depois eu vou esclarecer, porque acho impossível essa formatação.

Mas vocês trazem uma rica reflexão. Vamos dizer claramente: nós estamos em uma sinuca de bico nessa questão. Financiamento público exclusivo a população não aceita. Há pesquisas reiteradas demonstrando isso. Basta dizer que vai tirar dinheiro da educação e da saúde para pôr nas campanhas dos políticos que perde. Há pesquisas reiteradas, nacionais, inclusive. A população se coloca contra o financiamento público exclusivo num País de tantas carências.

A proposta de financiamento de pessoas físicas é meritória, mas eu quero relatar uma experiência pessoal. Em 2006 tentei fazer. Mandeí 10 mil cartas. Queria financiamento pulverizado. Foi um retumbante fracasso. Em 20 dias arrecadei 500 reais. E olhem que eu tinha certo prestígio, tinha sido Secretário de Saúde. Mandeí cartas para profissionais liberais. Não há essa tradição cultural. Isso não quer dizer que isso não possa mudar. Essa é uma tradição grande nos Estados Unidos, inclusive de arrecadação via Internet. Mas não é a nossa cultura.

O financiamento de empresas está altamente problematizado depois do mensalão e do petrolão. Vamos dizer claramente, não vamos dourar a pílula nem tentar tapar o sol com a peneira: o tema do financiamento é uma encrenca, mas nós temos que resolver o problema da estrutura de gastos. Só tem jeito de caminhar ou para algum tipo de distritalização, ou para a lista fechada, como é em Portugal, Espanha, Itália e em outros tantos países, ou para ou algum tipo de voto distrital, como é na Alemanha, ou para algum tipo de regionalização do voto.

Eu sou de Minas, disputo 16 milhões de votos num espaço territorial do tamanho do da França, da Espanha, com 853 Municípios. Não há lógica. Não há qualidade na opção do eleitor. Ele não compara os mil candidatos. Ele vai ter contato superficial com uns 30, dos mil. Então, não há qualidade no voto. A proposta não resolve isso, não barateia a campanha; ela dá sugestões, *insights*, opiniões importantes pelo lado da receita, do financiamento, mas na questão da despesa eu



acho que ela não avança ao não mexer na questão essencial da estrutura de gastos, que está no sistema eleitoral.

Por último, o terceiro objetivo é o de fortalecimento dos partidos. Aí eu fiquei surpreso quando conheci a proposta. Tenho o espírito, a alma, a cabeça e o coração abertos para aprender com os diferentes, mas fiquei... Realmente é uma coisa muito complicada. Nós temos um quadro pulverizado, o sistema atual já põe os companheiros para competir, mas esse é levar ao extremo.

Acho que o Deputado Marcelo Castro, nosso Relator, com toda experiência e sabedoria, disse bem. Acho que o melhor e totalmente legítimo é assumir a lista fechada como uma posposta de sistema. Eu estive na eleição de Portugal, na Semana Santa do ano passado, para Deputado Europeu. Você não pode sonegar a lista no primeiro turno. Você tem que explicitar a lista no primeiro turno.

Eu vi os *outdoors* e até me assustei. Havia retrato, para dar carne e osso. Eu falava: “*Se é lista fechada em Portugal, porque tem retrato de gente ali?*”. Quando você chegava embaixo, estava lá: “*Fulano é o primeiro da lista.*” Então, a lista tem cara e rosto. Você explicita qual é a lista. Você não pode eleger o partido abstratamente no primeiro turno e explicitar a lista no segundo.

E o que a proposta introduz? No segundo turno, quando vai estar em jogo a eleição do Governador e do Presidente da República, você vai pôr os companheiros para ficarem com foco no seu amigo de partido e esquecer os adversários. Não há partido que continue unido, forte de uma eleição como essa. Vai ser uma autofagia completa. Mas vocês trouxeram reflexões interessantíssimas. Acho que vocês vão contribuir para o debate. Nós vamos pensar sobre tudo o que foi dito.

Agora, para finalizar, Sr. Presidente, Sr. Relator, foi dito hoje de manhã, e aqui também, que nós temos que ter um acordo de procedimentos. Hoje o Prof. Renato disse muito bem que tem que haver coerência das partes. Independentemente de ser lei ordinária, lei complementar ou PEC, é um todo. O todo pode ser fatiado, mas ele tem que ser consistente entre si. Nós temos que ter um acordo de procedimentos, porque vai sair um pacote-e este vai ter uma lógica. Podemos até não votar tudo, mas não pode ser uma anarquia em que depois uma proposta vai contradizer outra.



E por isso opino — vocês vão conversar com o Presidente — que só tem um jeito para que isso aconteça: a Comissão de estudos gerada precisa ser a mesma, com os mesmos integrantes, com o mesmo Presidente, com o mesmo Relator. Senão, vai ser uma bagunça, e nós vamos jogar contra o patrimônio, fazer gol contra e atrasar ainda mais a apreciação e a votação de uma reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente.

Embora esteja cansado de ouvir esse proselitismo para tirar uma dúvida com os representantes da Mesa, eu resisto em fazer a minha pergunta. Mas já que eu tive que ouvir aqui proselitismo de todo o tipo, eu também farei o meu.

E quero lembrar que, desde o primeiro dia dos trabalhos, tem havido divergência sobre o alcance da representação parlamentar ou sobre a qualidade da representação parlamentar. Há Deputados aqui que advogam que não há que se ouvir a sociedade civil na sua pluralidade, porque nós já a representamos. Esse tipo de argumento desconsidera a maneira como se dão hoje as eleições, o contexto em que elas acontecem e a determinação da força da grana. Prova disso é o dado trazido aqui pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: 1,5% dos doadores privados são pessoas jurídicas. Elas doam mais da metade do dinheiro das campanhas.

Até parece que não existe constituição de curral eleitoral, compra de votos, Deputados que são proprietários de meios de comunicação. Parece que a sociedade civil se manifesta livre, de fato, e conscientemente para dizer que essa representação está dada. Nenhuma representação está dada.

E sem querer aqui fazer defesa da OAB, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e da CNBB — não sou membro de nenhuma das três instituições —, eu queria dizer que elas podem não ser toda a sociedade civil, mas são parte dela. Não vi nas falas aqui nenhum argumento, nenhuma pergunta à proposta trazida. Muito pelo contrário, apareceu até animosidade contra a OAB e a CNBB, inclusive com a definição de qual é o papel delas na sociedade, como se



ambas não tivessem o direito de participar do debate político e da reforma eleitoral, o que eu acho lamentável e arrogante.

É importante também dizer onde isso reflete. Eu entendi muito bem a fala do Carlos Moura quando elencou todos os projetos de lei, as proposições que estão aqui e as derrotas que os diferentes setores da sociedade vêm sofrendo, no caso, por exemplo, da PEC 215, e eu cito especificamente o Estatuto da Família. Embora a família brasileira seja plural, existam diferentes arranjos familiares, desde as famílias compostas por avós e netos, até as famílias homoparentais, apesar dessa diversidade de família, há um estatuto da família para ser votado aqui que quer negar o reconhecimento das famílias homoafetivas e o direito das pessoas homossexuais a adotar crianças. Isso significa que diferentes segmentos da sociedade não estão aqui representados, embora haja gente defendendo que a sociedade civil está aqui toda representada.

Bom, feito o meu proselitismo, eu dirijo a minha pergunta ao Carlos. São duas perguntas específicas. Eu não entendi bem quando você — vou chamar você. Tem problema? — disse que, na hipótese de vir a ser aprovada a PEC, que é uma proposta de emenda à Constituição, o Supremo Tribunal Federal pode derrubá-la e julgá-la inconstitucional. De que maneira? Parece-me que há um acordo tácito, não dito, não divulgado entre o Ministro Gilmar Mendes e alguns representantes desta Casa.

O Ministro Gilmar Mendes se debruçou sobre o projeto, que já tem seis votos, no STF, enquanto esta Casa, Relator, tenta acelerar a conclusão dos trabalhos — há aqui uma pressa para a conclusão dos trabalhos — para que aproveemos esta PEC. Então, parece-me que se a Constituição for alterada, o processo perderá sua validade. Eu gostaria que você me esclarecesse isso.

E um segundo ponto. Quero saber o que diz a proposta de vocês sobre a candidatura avulsa. Eu devo concordar que a gente tem que pensar nela. Como fica o cidadão que não se identifica ideológica nem programaticamente com nenhum partido, por exemplo, o que emerge de um movimento social, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra? Como fica a candidatura avulsa nessa proposta?

São essas as minhas duas perguntas.



O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Bom, eu gostaria de começar a responder as perguntas formuladas pela Deputada Moema Gramacho.

Esse modelo dos dois turnos, na verdade, busca enfrentar um problema fundamental no sistema político brasileiro. O sistema político brasileiro, por definição constitucional, é proporcional. E o instrumento que o sistema concebeu para quantificar a proporção da participação de cada partido na Câmara dos Deputados é o sistema da transferência de votos. A transferência de votos é o meio elegido pela nossa legislação para definir quantas cadeiras terá cada partido na Câmara dos Deputados e nas demais Casas legislativas.

Pois bem, o que a gente propõe é a substituição desse sistema. Para nós, o sistema de transferência de votos não está funcionando bem. Hoje, menos de 10% dos Deputados apenas foram eleitos com votos próprios, 90% foram eleitos com votos transferidos — votos dados a outros Parlamentares ou à legenda partidária e transferidos.

Se isso estivesse ocorrendo de maneira transparente, garantindo realmente a prevalência da vontade popular, tudo bem. Mas esse não é o diagnóstico. Então, nós queremos substituir o mecanismo, substituir o instrumento de definição da participação de cada partido na composição global das Casas parlamentares.

E queremos tornar muito claro as duas funções exercidas pelo voto. No primeiro turno o candidato vota no partido. Essa função do seu voto, que é a de definir a participação de cada partido nas Casas parlamentares é exercida de maneira clara, objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Peço apenas um minutinho.

Como está tendo votação nominal — e acho que já está acabando —, nós temos que ir ao plenário rapidinho. Iremos lá e já voltamos.

Declaro suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Está reaberta a reunião.

Com a palavra o Sr. Cláudio de Souza.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Essa é a resposta que teria para a Deputada Moema. O sistema é simples, e a nossa única pretensão é alterar a forma de definição da proporção dos partidos no Parlamento.



Um ponto importante, antecipando um pouco um aspecto que o Relator da Comissão apresentou sobre o sistema proporcional de lista fechada. Ou seja, o problema é que esta nossa proposta busca ser oferecida ao Parlamento como base para um consenso. Nesta Casa, há Deputados que defendem de maneira muito incisiva a lista fechada. Outros Deputados defendem de forma muito incisiva o sistema majoritário com o argumento de que, na verdade, o povo deve ter a última palavra sobre as pessoas que ocuparão as cadeiras no Parlamento. Então, esta é uma proposta que busca incorporar o fundamental da preocupação dos dois flancos em que se divide o debate. De um lado, quem propõe a lista fechada está preocupada com a qualificação dos partidos, com a qualificação do processo eleitoral, querendo que o debate seja mais ideológico, mais centrado em programas e menos centrado em pessoas. Isso está plenamente contemplado na nossa proposta, porque, no primeiro turno, o debate será um debate programático, um debate em torno de ideias. Já quem defende o sistema majoritário diz que, na verdade, a tradição do Brasil é de que a pessoa se identifique com a pessoa do Parlamentar. E isso também está plenamente contemplado na nossa proposta porque, no segundo turno, a pessoa votará na pessoa do candidato. Portanto, caberá ao povo dar a última palavra sobre aqueles que integrarão o Parlamento, o que inclusive reduz o poder das elites partidárias, porque a última palavra caberá ao povo.

A Deputada Moema Gramacho ainda pergunta como se formam novas lideranças. Nenhum sistema é perfeito. Quando adotamos um sistema, nós perdemos algumas vantagens de outro sistema. A nossa percepção é de que, como temos eleição para Vereadores, para Prefeitos de múltiplas cidades Brasil afora, para Deputados Estaduais, para Governadores, nós temos muito espaço para formação de lideranças. Enfim, há inúmeros meios e formas de formarmos novos líderes no Brasil. É claro que, se compararmos com o sistema atual, algo disso pode ser perdido, mas nós entendemos que compensa pela redução do custo das campanhas eleitorais e pela circunstância de criarmos eleições mais programáticas e centradas nas ideias daquilo que vigora no sistema anterior.

O Deputado Marcelo Castro e o Deputado Jean Wyllys perguntam sobre o problema da inconstitucionalidade da PEC. Qual é o argumento? O Supremo



Tribunal Federal declara propostas de emenda à Constituição inconstitucionais. Faz isso regularmente. Por exemplo, agora estão debatendo o problema da Emenda Constitucional nº 62, que é a emenda dos precatórios. O Supremo Tribunal Federal declarou a emenda inconstitucional. Estão discutindo agora o problema da modulação dos efeitos, desde quando a declaração de inconstitucionalidade valerá.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Esse julgamento é com base nos fundamentos e nas cláusulas pétreas? É isso que eu queria entender, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Isso. Quando uma emenda constitucional pode ser declarada inconstitucional? Quando viola uma cláusula pétrea. Isso está lá na Constituição, em seu art. 60, § 4º:

“Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes

IV - os direitos e garantias individuais.”

(Não identificado) - Mas essa cláusula pétrea é exegese do texto constitucional.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Exegese que tem sido exatamente feita pelos Ministros do Supremo ao fundamentarem os seus votos na ADI contra o financiamento empresarial de campanha. Quando nós vamos verificar os votos, eles estão fundamentados no princípio democrático, no princípio da igualdade política, que também integra o nosso capítulo dos direitos políticos, e no princípio republicano. Todos são cláusulas pétreas. Então, a inconstitucionalidade que macula a legislação atual, ao permitir o financiamento empresarial de campanha, segundo os argumentos que estão postos nos próprios votos do Ministro do STF, macularia também uma emenda constitucional aprovada com esse objetivo.

Então, é só esse o ponto que eu gostaria de trazer para a reflexão dos Deputados, no sentido de que realmente possa ter lugar também um grande esforço de adaptação da legislação ao que a Constituição determina e, sobretudo, considerando também o que já consta dos votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.



Outro aspecto que nós gostaríamos de enfatizar também, respondendo ao Deputado Relator Marcelo Castro, é que o segundo turno retiraria o potencial inovador e positivo da proposta. Pelo que eu entendi, V.Exa. defende o voto em lista fechada. Eu repito a V.Exa.: dentro da própria coalizão, há pessoas com modelo próprio. Mas a concepção que nós estamos apresentando aos Parlamentares é um projeto que pode ser a segunda melhor opção. Embora não seja a opção ideal para muitos, é uma opção possível, com base na qual será possível construir o acordo, justamente porque contempla preocupações de quem é contra. Por exemplo, o voto em lista fechada defende o voto na pessoa.

Então, é uma preocupação de gerar o consenso, de oferecer aos Parlamentares uma proposta que possa, na linha do que já dizia o Deputado Átila Lins, apresentar uma reforma política possível. A proposta que nós estamos apresentando é a proposta de uma reforma política possível. Se for perguntar a opinião de cada Parlamentar, é capaz de verificarmos que cada um deles possui uma proposta própria e específica de reforma política. Qual será aquela capaz de construir o consenso? Esse foi o propósito que nós tínhamos ao apresentar a proposta.

O Deputado Marcus diz que a população rejeita o financiamento público. E rejeita igualmente o financiamento empresarial. Nós encomendamos uma pesquisa ao IBOPE ou ao Datafolha — agora não lembro qual, mas foi um dos dois grandes institutos — e mais de 70% da população rejeitaram o financiamento empresarial. A nossa percepção é de que o modelo que a população deseja é o de financiamento democrático, em que o cidadão possa realizar as doações.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Cláudio, permite-me um aparte?

O Deputado Pestana falou que não cola no Brasil a ideia de um financiamento privado de pessoa física, mas eu quero ressaltar que a minha campanha foi toda financiada com doação de pessoa física no Brasil inteiro. Ela custou pouco mais de 60 mil reais dessas doações individuais de pessoas físicas, não pessoas jurídicas, e eu fui eleito com quase 145 mil votos. Então, as coisas estão começando a se transformar e há possibilidade de se transformarem, sim, não só nos Estados Unidos.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas V.Exa. é um líder de opinião, é uma exceção que comprova a regra.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Já concluindo, o Deputado Marcus ainda menciona que a proposta não barateia as eleições. Barateia, Deputado. Nós fizemos as contas e, se aplicada, ela reduz em 75% o número de candidaturas individuais. Os Deputados que concorreriam no segundo turno são apenas 25% do que os que concorreriam nas eleições gerais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vocês não podem esconder a lista no primeiro turno.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - A lista se mantém aberta no primeiro turno.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - No primeiro turno, a lista é fechada.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Mas, por razões de transparência, é preciso divulgar os Deputados que integram aquela lista — é claro! Mas a campanha é feita com base em ideias. Não é possível fazer uma...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas então eu não entendi. Vamos supor que há uma lista de 30 candidatos do Rio de Janeiro: do PT, do PSOL, do PSDB, do PMDB. Aí se fez cinco cadeiras e se pode lançar dez. Havia 30 na lista. O partido faz uma reopção e exclui 20?

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Exclui 20. Os dez primeiros da lista vão disputar as cinco cadeiras. É isso. Há um preordenamento feito por meio de eleições primárias e divulgado à população. Será feita uma primeira eleição programática, centrada nas ideias. E, é claro, os partidos com candidaturas fortes ao Executivo terão também um bom cabo eleitoral de votação no partido. No segundo turno, se o partido tem três vagas, seis são os candidatos que vão disputar.

O Deputado menciona que esse segundo turno vai gerar disputas intrapartidárias. As disputas intrapartidárias prevalecerão. Agora, repito, não existe proposta perfeita. Com toda proposta, nós perdemos ou ganhamos alguma coisa. A nossa percepção, porém, é de que o modelo atual é muito ruim e de que a população está absolutamente insatisfeita com ele. Temos que alterá-lo! E a alteração que nos parece possível, que não é importada de outro país, que não



sabemos como funcionará concretamente entre nós, que parte do modelo em vigor e busca corrigir suas disfunções, ou reduzi-las, pelo menos, é baseada nessa proposta que estamos apresentando.

A coalizão não tem uma posição sobre candidatura avulsa — que eu saiba não houve a discussão sobre esse tema — nem a OAB. Então, eu não poderia, Deputado Jean Wyllys, trazer uma opinião das entidades sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas o senhor não tem uma consideração individual a fazer?

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Não. A princípio...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É incompatível com a lista partidária.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - Enfim, minha posição pessoal é de que não seria uma boa alternativa neste momento.

Concluo, Sr. Presidente, novamente agradecendo a oportunidade de falar aos Deputados, de a OAB vir aqui. E reafirmo que nós oferecemos essa proposta aos Parlamentares como uma contribuição. É uma contribuição que busca não ser nem do Governo nem da Oposição. É uma contribuição que busca, ao mesmo tempo, se distanciar e incorporar o que há de fundamental no que é defendido pelos diversos partidos que integram esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - V.Exa. vai querer falar?

O SR. DEPUTADO MAX FILHO - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero saudar a participação dos senhores e a paciência em estarem participando conosco, mesmo diante de um plenário que foi esvaziado em razão da votação nominal no plenário da Casa. Quero ressaltar a participação da OAB, da CNBB e de outras entidades.

Na verdade, a Constituição Federal até dificulta iniciativas populares de projetos de lei, dado o alto percentual de assinaturas exigido do eleitorado para subscrição das propostas. Especialmente a proposta da coalizão democrática toca nos dois pontos centrais: a questão do sistema eleitoral e do financiamento de campanha. O Relator, Deputado Marcelo Castro, inteligentemente agrupou esses dois pontos no primeiro bloco, como sendo dos mais importantes. Eu acho que a



decisão primeira, e a legislação é infraconstitucional, deve regulamentar as decisões de fundo que haveremos de tomar.

Sobre esses dois pontos, eu queria fazer breve análise e tentar me ater àqueles 3 minutos combinados. Quanto à questão da lista fechada, a grande crise de credibilidade hoje afeta, sobretudo, os partidos políticos. Talvez, nós precisássemos fazer uma reforma partidária até antecedendo uma reforma do sistema eleitoral de votação por listas partidárias.

Nós hoje temos a questão partidária. Os partidos políticos no Brasil são casas fechadas, não estão abertas. Na verdade, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos definiu, em 1996, que os partidos políticos fossem pessoas jurídicas de direito privado onde não há matéria de ordem pública regendo a vida interna dos partidos. Hoje, os partidos sendo pessoas jurídicas de Direito Privado são regidos pelas suas leis internas, pelos seus estatutos que fazem lei, agremiações partidárias que não têm vida orgânica, não elegem seus diretórios. Quem controla o partido em Brasília, controla o partido em cada Unidade da Federação. São esses personagens que irão decidir quem serão os eleitos.

O Relator, Deputado Marcelo Castro, coloca, inclusive, a sua situação pessoal de que há ele e outro Deputado do PMDB. Se o PMDB fizesse apenas uma cadeira, V.Exa. não iria disputar com outro Deputado, porque tem que haver alternância de sexo: candidatura do sexo masculino intercalada com a do sexo feminino. O partido iria rifar um dos senhores e entregar quem seriam os eleitos. As cúpulas partidárias que nós temos hoje, eu acho que é uma preocupação de boa parte dos membros desta Comissão.

Quanto ao financiamento das campanhas, eu, particularmente, sou partidário do financiamento público das campanhas. Gostei muito da proposta. Talvez ela não resolva a questão do custo da campanha. Por exemplo, para não “fulanizar” a discussão, a candidata que se sagrou vencedora na eleição presidencial teve seu teto de gasto de 383 milhões de reais, e o do seu principal oponente — também evitando citar nomes para não “fulanizarmos” o debate — foi em torno de 290 milhões. Em apenas um cargo em disputa, nós já teríamos meio bilhão de reais, que, certamente, viria dos cofres públicos.



Uma questão que tem de ser elucidada é a fonte desse financiamento. Se nós teríamos que aumentar impostos, onde teríamos que cortar do Orçamento da União, para os custos dessas campanhas, que são muito altos. Eu concordo com alguns Deputados que ponderaram a questão do território geográfico onde vão-se disputar as campanhas, tornando-as muito caras, custosas.

A quantidade de partido político que nós temos hoje no Brasil, na verdade, todos eles, certamente, receberiam recursos públicos para as suas campanhas. Essa multiplicidade de partido político faz-me lembrar de uma frase de Ulysses Guimarães, que defendia o pluripartidarismo. Ele dizia: *“Pluripartidarismo sim, multipartidarismo não”*.

E como é que fica o financiamento da campanha? Vamos ter dinheiro para financiar todos esses partidos que nós temos hoje? Qual seria o limitador desse gasto público?

O Brasil fechou suas contas no ano passado com o maior rombo das suas contas públicas da história. Isso não foi culpa apenas do Governo Federal — claro, o Governo Federal pilotando —, mas dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais também.

Como faríamos com o candidato laranja, ou seja, aquele candidato que é lançado apenas para ocupar o espaço de tempo de televisão de determinado partido e, às vezes, cumprindo tarefa de outro candidato interessado na disputa? O poder público financiaria a campanha desse candidato laranja, que, certamente, não vai fazer campanha; vai ocupar apenas esses espaços, prestando serviço para outra candidatura?

Então, são algumas preocupações que tenho, diante da perspectiva da adoção do financiamento público das campanhas.

Um artigo do projeto de lei de que nós estamos tratando, de autoria da OAB e das demais entidades, me chamou a atenção, porque começa a alterar a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096. O art. 4º — eu estou lendo a página 50 — altera o art. 31, em seu § 2º. Diz textualmente o seguinte: *“É vedada a doação de empresas privadas aos partidos políticos.”*



E aí eu me perguntei: será que empresa pública estaria aí, já que estamos falando de financiamento público das campanhas? Tudo bem. É certamente algo que a gente pode corrigir e aperfeiçoar no texto.

Eu creio que o financiamento dos partidos políticos é, de fato, a origem de boa parte dos nossos males, porque os candidatos podem arrecadar recursos para as suas campanhas a partir do registro das suas candidaturas. Só então eles podem arrecadar recursos. Concordo que nem todos os homens públicos conseguem arrecadar recursos para a sua campanha sem fazer disso uma moeda de troca no exercício do mandato, remunerando, de certa forma, aqueles seus financiadores de campanha. Agora, a doação ao partido político, de fato, é um problema, porque o partido político pode arrecadar em época de campanha e fora de época de campanha.

E o que nós temos assistido dos escândalos que se sucedem é exatamente isso: doações legais, loteamento da máquina pública, das empresas estatais, partido tal controlando diretoria tal — e arrecadou de forma legal. Eu acho que isso que vocês estão trazendo aqui é importante. Nós devemos nos debruçar sobre esse texto, talvez aperfeiçoando algum aspecto. Mas esse é o fundo da questão. Acho que essas contribuições são importantes.

Saúdo a presença de vocês. Agradeço a paciência de estar aqui, num plenário um tanto quanto esvaziado. Eu não gostaria de perder a oportunidade da presença dos senhores para a gente poder esmiuçar e debater esses pontos, que são muito importantes no contexto da reforma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado Henrique, quer falar?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Peço 3 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não, 1 minuto. De manhã, V.Exa. falou 10.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Está bem, Sr. Presidente.

Na verdade, eu tive outro compromisso e voltei. Talvez o meu questionamento já tenha sido respondido pelo nosso Relator. Não vou abordar hoje o projeto que está em debate. Eu tenho participado de muitas reuniões. Tenho uma



afinidade muito grande com a proposta aqui explicitada hoje, mais uma vez, pela OAB, pela CNBB, pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, mas eu estou com a minha preocupação focada no nosso Regimento, que é implacável. Se está confirmada a informação que eu tinha até hoje de manhã, temos como prazo limite para apresentação de emendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Dia 10.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - ...dia 10, ou seja, terça-feira da semana que vem. Então, melhorou, inclusive em relação à expectativa anterior, que era sexta-feira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente. Antes eu tivesse esse poder. O Regimento deve ter nos ajudado: algum dia não houve a sessão ordinária; então, nós ganhamos 1 dia.

Eu sei que é da vontade do nosso Relator e do Presidente também que nós tenhamos nesta Comissão o funcionamento das duas Comissões, que nós estamos apelidando aqui de “Comissões gêmeas”. Faríamos um apelo aos partidos políticos para que nomeassem os mesmos integrantes; o Relator relataria as duas Comissões e o Presidente as presidiria. Nós, ao final dos trabalhos, poderíamos ter um projeto de lei e uma PEC ou mais de uma PEC, se a sugestão que eu e outros estamos trazendo fosse acolhida para poder, pelo menos, dividir alguns assuntos, não colocando tudo dentro de uma única emenda constitucional, o que dificulta a votação para todos nós.

Eu dizia hoje — Deputado Pestana, naquele momento, não estava na reunião —, por exemplo, que estou convencido de que o fim das coligações proporcionais é importante para aperfeiçoar o nosso sistema político, e vou trabalhar muito para que se mantenha o voto obrigatório, que acho ser mais democrático. Então, se estão as duas na mesma PEC, fica mais difícil de votar.

E a nossa preocupação, Sr. Presidente, é de como apresentar as emendas. Hoje de manhã, quando eu fiz a reunião com a nossa equipe, me disseram que escreveriam, por exemplo, toda a proposta de financiamento eleitoral apresentada aqui pela OAB, pela CNBB, pelo Movimento Eleições Democráticas como emenda à Constituição, o que não é a técnica legislativa adequada, porque a Constituição é



para as grandes diretrizes, e o financiamento eleitoral não deve ser debatido a título de alteração constitucional.

Então, pergunto se V.Exa. pode nos responder se teremos as duas Comissões, se poderemos emendar, se teremos um dos projetos a orientar o debate na Comissão, que vai tratar do projeto de lei, e como a gente deve se conduzir nesses próximos 7 dias, que é o período que temos até a terça-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu prometo que hoje, assim que encerramos aqui, irei com o Relator ao encontro do Presidente para tentarmos uma solução. Informaremos à Comissão por *e-mail* entre hoje e amanhã.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Tadeu Alencar.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Quero proferir breves palavras, Sr. Presidente, apenas para cumprimentar a Comissão da Reforma Política pelos trabalhos de hoje. Está sendo um dia muito rico. Acho que é muito importante a gente participar de todos esses debates, em especial desse que começou com a participação da coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas.

Quero cumprimentar a CNBB, através do Dr. Marcello Lavenère e do Padre Ernane, que já esteve uma temporada no nosso Pernambuco; o Sr. Aldo Arantes; nosso companheiro da OAB, Cláudio de Souza; Carlos Moura, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Sr. Presidente, acho que nós estamos num momento de degradação muito grande da política. E é por isso que, a despeito de todas as tentativas de balde de fazer uma reforma política, não quero perder, mesmo sendo Deputado de primeiro mandato, a expectativa, que vejo depositada por muita gente com quem conversamos Brasil afora, de que de fato precisamos de uma reforma política que possa atingir vários objetivos mencionados aqui, um deles, sem dúvida nenhuma, a diminuição do poder econômico nas eleições. É algo extremamente insalubre a forma como o processo eleitoral vem-se dando, gerando uma promiscuidade de todo inadequada ao espírito republicano.



Além disso, há a questão do sistema eleitoral. Eu acho que hoje aqui, desde a exposição do Prof. Renato, passando pela proposta da coalizão, discutimos e ouvimos a opinião de vários Deputados experimentados, como o Deputado Marcus Pestana, como o Relator, Deputado Marcelo Castro, enfim, ouvimos muitas visões que vão clareando a perspectiva de que a gente deve aproveitar o tempo curto que temos.

E esse é um desafio para a coalizão, não apenas o de espelhar o que ela representa, sem dúvida nenhuma, com um grau de legitimidade extraordinário, porque são instituições que ao longo da vida brasileira estiveram sempre na linha de frente da defesa da democracia em momentos cruciais, como a OAB, a CNBB. Eu quero recusar, de modo muito firme, muito peremptório, qualquer tentativa de diminuir o papel da CNBB, dessas entidades e da OAB na representação da sociedade civil, que efetivamente não se esgota nessas entidades, por mais importantes que sejam. Mas esse papel não pode ser diminuído.

E acho que, se a gente conseguir diminuir o poder econômico, aproximar o eleitor de seus representantes, fortalecer os partidos, aumentar a participação e o controle social e resolver esse problema da sub-representação das mulheres e de outras ditas minorias, mesmo quando são claramente maiorias expressas no conjunto da sociedade, seja qual for a fórmula que encontremos para resolver esses problemas, eu acho que essa busca será um desafio grande; e mesmo com esse espírito que o Deputado Henrique Fontana mencionou existir na Comissão, em que há claramente um esforço daqueles com posições inconciliáveis no passado, sendo responsáveis por uma certa paralisia das propostas anteriores.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela sua condução democrática, permitindo que todos se manifestem da forma mais abrangente possível.

Eu quero dizer que o PSB, o meu partido, ao longo desta semana, está fechando uma posição sobre todos esses pontos — sem dúvida, muitos deles afinados aqui, salvo um ponto ou outro da proposta da coalizão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Antes de encerrar, quero agradecer a presença da OAB, da CNBB e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.



Como Presidente, quero dizer que a Comissão está à disposição para que outros debates possam acontecer, não necessariamente numa audiência pública. Podemos fazer reuniões menores para discutir.

Eu estava conversando com Carlos sobre alguns pontos que acho que precisam ser debatidos. A grande crítica à lista fechada é referente ao caciquismo, e essa questão não é resolvida no projeto de lei. Agora, quanto ao segundo ponto — a eleição restringindo o número de candidatos — é convergente para o distritão. Reduz o número de candidatos que não tenham nenhuma chance e estão ali apenas para cumprir tabela. E os governos têm uma força muito grande porque nomeiam todo mundo e depois montam uma chapa com os nomeados.

Então, eu acho que podemos avançar no debate de algumas questões. É importante que se tente chegar a um projeto do qual todos façam parte, do qual todos se sintam parte — os que têm mandato e os que têm representação na sociedade.

Antes de encerrar, agradeço, mais uma vez, a participação de cada um...

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, pergunto: já existe um calendário para as novas audiências? É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Todas as terças-feiras e quintas-feiras.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Eu falo isso porque vários requerimentos foram aprovados para audiências específicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Na quinta-feira, o Deputado Marcelo Castro e o Deputado Esperidião Amin vão apresentar a PEC original, da criação desta Comissão, para que todos saibam de onde...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na quinta-feira de manhã, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Na quinta-feira de manhã.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Não, não é sobre isso o que eu estou falando. Estou falando das audiências públicas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu estou falando. E é só uma audiência pública.



A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - ... do convite das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Sim. Para a terça-feira à tarde, eu sei que o Presidente do TSE já confirmou presença, só não sei na terça-feira de manhã. O Vice-Procurador-Geral Eleitoral vem pela manhã, na terça-feira. Na outra quinta-feira, virão os representantes dos Municípios. Nesta quinta-feira, os Deputados Marcelo Castro e Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Haverá reuniões às terças-feiras de manhã, sistematicamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Haverá.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Terça-feira de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Podem ser marcadas para as 11 horas da manhã, se preferirem. Quem vem na terça-feira não precisa acordar tão cedo.

Então, eu quero mais uma vez reafirmar o meu compromisso com este debate, com a participação da OAB, da CNBB e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, na hora que quiserem. É só falar comigo, com a Assessoria, com o Relator, com o Deputado Jean Wyllys. Estamos prontos para discutir. Estamos montando uma estrutura de participação via Internet, via *TV Câmara*, sobre a qual vamos falar com o Presidente da Câmara, para que todos possam participar, de forma bem transparente — como o Deputado Jean Wyllys cobra —, não apenas os que têm mandato, mas também os que têm representação na sociedade.

Muito obrigado e boa noite.